

Escola de Administração Fazendária – Esaf

EDUCAÇÃO FISCAL NO CONTEXTO SOCIAL

Brasília/DF

1ª edição – 2004; 2ª edição – 2005

Contribuíram para esta edição:

Coordenação:

Claudemir Frigo
Ana Lúcia Martins da Silva

Consultores Técnicos:

João Sifronio Diniz
José Roberto Rodrigues Afonso
Maurício Martins de Oliveira Junior
Najla Veloso Sampaio Barbosa
Sol Garson Braule Pinto
Tiago Gomes de Araújo

Revisão e atualização de textos:

Ana Gardênia Felizardo de Souza – Secretaria de Estado da Educação – SE
Ana Lúcia Martins da Silva – Escola de Administração Fazendária – Esaf
Antonio Jordão da Silva Júnior – Secretaria da Receita Federal do Brasil – 9ª RF/PR
Argemiro Torres Neto – Secretaria da Fazenda – CE
Eugênio Celso Gonçalves – Secretaria da Receita Federal do Brasil – 6ª RF/MG
Eva Rocha de Azevedo Torreias – Escola de Administração Fazendária – Esaf
Jane Milan Cândido – Secretaria de Estado de Educação – RJ
José Ronaldo Montalvão Monte Santo – Secretaria de Orçamento Federal – MPOG
José Valter Lopes de Oliveira – Secretaria da Receita Federal do Brasil – 3ª RF/PI
Kácio Manoel Campos dos Santos – Secretaria de Estado da Fazenda – SE
Lia Mayumi Evangelista Kusano – Escola de Administração Fazendária – Esaf
Luiz Sérgio de Oliveira Lopes – Controladoria-Geral da União – CGU
Márcia Valéria Ayres Simi de Camargo – Secretaria de Estado de Fazenda – DF
Maria Cristina Mac Dowell Dourado de Azevedo – Escola de Administração Fazendária – Esaf
Martin Francisco de Almeida Fortes – Secretaria de Orçamento Federal – MPOG
Maurício Rodrigues de Araújo – Ministério da Educação – DF
Nélida Maria de Brito Araújo – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN
Orlando Pereira da Silva Júnior – Secretaria de Estado de Finanças – RO
Sandro Cavalieri Savóia – Secretaria de Estado da Educação – PR
Silvane Lopes Chaves – Secretaria de Estado de Educação – PA
Sônia Soares Arruda – Secretaria da Receita Federal do Brasil – 7ª RF/RJ

Revisão ortográfica:

João Francisco Sinott Lopes

Permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte

Brasil. Ministério da Fazenda. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Educação fiscal no contexto social / Programa Nacional de Educação Fiscal. 3. ed. rev. e atual. Brasília: ESAF, 2008. 52 p. ; 27 cm. (Série Educação Fiscal. Caderno 1).

1. Educação Fiscal. I. Título. II. Série.

CDD – 336.2007

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

Estrada para Unai – km 4 – BR 251
Brasília-DF CEP: 71 686-900
<http://www.esaf.fazenda.gov.br>
educ-fiscal.df.esaf@fazenda.gov.br

APRESENTAÇÃO

O Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF tem como objetivo promover e institucionalizar a Educação Fiscal para o efetivo exercício da cidadania, visando ao constante aprimoramento da relação participativa e consciente entre o Estado e o cidadão e da defesa permanente das garantias constitucionais.

Alicerça-se na necessidade de compreensão da função socioeconômica do tributo, da correta alocação dos recursos públicos, da estrutura e funcionamento de uma administração pública pautada por princípios éticos e da busca de estratégias e meios para o exercício do controle democrático.

A implantação do PNEF é de responsabilidade do Grupo de Trabalho de Educação Fiscal – GEF, composto por representantes de órgãos federais, estaduais e municipais, a quem compete definir a política e discutir, analisar, propor, monitorar e avaliar as ações do Programa.

O material pedagógico ora apresentado, composto por quatro Cadernos, foi elaborado com o objetivo de contribuir para a formação permanente do indivíduo, na perspectiva da maior participação social nos processos de geração, aplicação e fiscalização dos recursos públicos. A atual edição busca adequar seus conteúdos aos fatos sociais, políticos e econômicos que constroem o dinamismo da história, bem como incorporar temas relacionados às novas bases de financiamento da educação básica e aos avanços promovidos pelo poder público e pela sociedade na transparência e no controle das finanças do Estado.

Caderno 1 – Educação Fiscal no Contexto Social: aborda as diretrizes do Programa, seus objetivos e abrangência, no contexto da educação fiscal e da educação pública;

Caderno 2 – A Relação Estado e Sociedade: suscita temas relativos à organização da vida em sociedade e suas implicações na garantia do estado democrático de direito e da cidadania;

Caderno 3 – Função Social dos Tributos: destaca a importância do tributo na atividade financeira do Estado para a manutenção das políticas públicas e melhoria das condições de vida do cidadão; e

Caderno 4 – Gestão Democrática dos Recursos Públicos: evidencia temas relativos ao orçamento, ao compromisso social e fiscal do gestor público e ao exercício do controle social.

Este trabalho não teria êxito se não fosse o esforço do grupo de pessoas que contribuíram para sua elaboração, que mesmo consciente das limitações para construção de um material dessa natureza, coloca-o à disposição para auxiliar no alcance dos objetivos do Programa, possibilitando provocar as mudanças necessárias para que o País atinja um novo patamar de desenvolvimento sócio-econômico.

JANELA PARA O MUNDO

(Milton Nascimento)

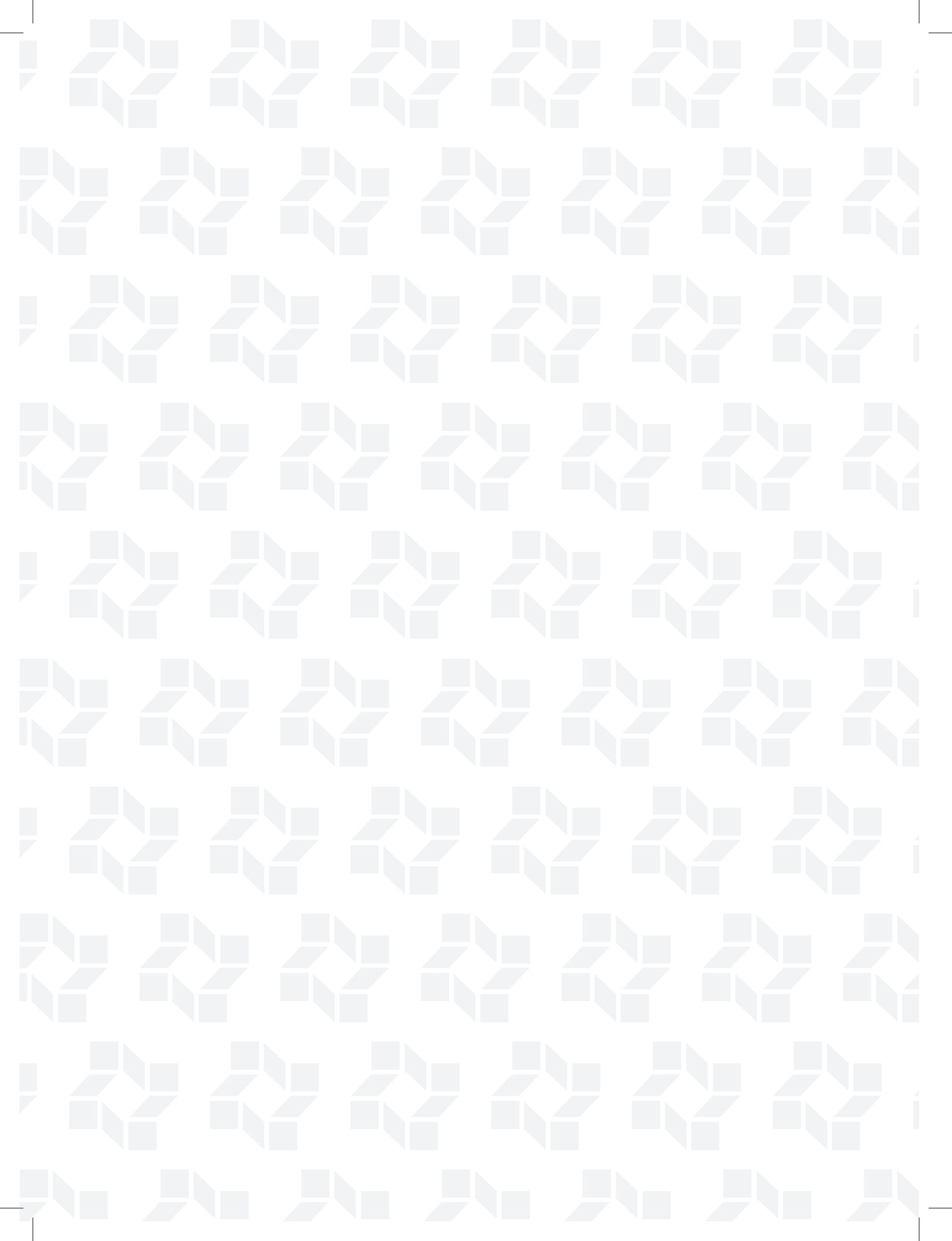
Da janela, o mundo até parece o meu quintal,
Viajar, no fundo, é ver que é igual
O drama que mora em cada um de nós,
Descobrir no longe o que já estava em nossas mãos,
Minha vida brasileira é vida universal
É o mesmo sonho, é o mesmo amor
Traduzido para tudo o que humano for.
Olhar o mundo é conhecer
Tudo o que eu já teria de saber.

Estrangeiro eu não vou ser,
Eu não vou,
Cidadão do mundo eu sou.

[...]

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. O BRASIL E O MUNDO – UMA SÍNTESE DO CENÁRIO SOCIOPOLÍTICO E ECONÔMICO	10
1.1 Liberalismo econômico x Estado de Bem-Estar Social: concentração de renda e enfrentamento da pobreza.....	10
1.2 Desafios para o Brasil contemporâneo	11
1.3 A questão ambiental.....	12
2. A EDUCAÇÃO COMO FENÔMENO SOCIAL	17
2.1 Breve retrospectiva	17
2.2 A educação no espaço social	18
2.3 A educação e a cultura	18
2.4 Educação no espaço escolar	20
3. EDUCAÇÃO E AUTONOMIA	22
3.1 Educar para a autonomia.....	22
3.2 Participação popular e Controle Social	22
4. A EDUCAÇÃO FISCAL E O PNEF	25
4.1 Antecedentes	26
4.2 Compreendendo o conceito de Educação Fiscal.....	27
4.3 Valores.....	27
4.4 Missão	27
4.5 Diretrizes do PNEF	28
4.6 Objetivos do Programa.....	28
4.6.1 Geral	28
4.6.2 Específicos	28
4.7 Abrangência do Programa.....	29
4.8 Gestão do Programa.....	29
5. O PNEF E SUAS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO NA EDUCAÇÃO E NA ESCOLA	31
5.1 Por uma escola em sintonia com seu tempo.....	31
5.2 A concepção de currículo escolar	31
5.3 Projetos de trabalho: um caminho possível	34
5.4 Projeto pedagógico: uma alternativa de gestão da Educação Fiscal na escola	37
5.5 Sugestões de atividades.....	38
5.6 Sugestão de roteiro para elaboração do Projeto Pedagógico	40
REFERÊNCIAS	47
LEITURAS RECOMENDADAS	49
SÍTIOS PARA CONSULTAS	50



INTRODUÇÃO

A sociedade mundial vive um momento de transformações estruturais: globalização, formação de blocos econômicos e revolução tecnológica. As mudanças ocorrem com tamanha velocidade que muitas vezes a dimensão humana fica relegada a um segundo plano. Por essa razão, é necessário o repensar constante de nossas atitudes, buscando uma perspectiva mais humanizada nas práticas sociais que desenvolvemos, no sentido de possibilitar maior participação e integração efetiva dos indivíduos no contexto histórico atual.

A globalização não é um fenômeno novo

A globalização inicia-se no século XV com as conquistas de territórios em decorrência das grandes navegações. No entanto, hoje ela assume uma nova face: a da globalização financeira.

Os últimos anos do século XX testemunharam grandes mudanças em toda a face da Terra. O mundo torna-se unificado em virtude das novas condições técnicas, bases sólidas para uma ação humana mundializada. Esta, entretanto, impõe-se à maior parte da humanidade como uma globalização perversa.

Consideramos, em primeiro lugar, a emergência de uma dupla tirania, a do dinheiro e a da informação, intimamente relacionadas. Ambas, juntas, fornecem as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época e, ao mesmo tempo, buscam conformar segundo um novo ethos as relações sociais e interpessoais, influenciando o caráter das pessoas. A competitividade, sugerida pela produção e pelo consumo, é a fonte de novos totalitarismos, mais facilmente aceitos graças à confusão dos espíritos que se instala.

[...]

Dentro desse quadro, as pessoas sentem-se desamparadas, o que também constitui uma incitação a que adotem, em seus comportamentos ordinários, práticas que alguns decênios atrás eram moralmente condenáveis. Há um verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, do qual é emblemático o encolhimento das funções sociais e políticas do Estado com a ampliação da pobreza e os crescentes agravos à soberania, enquanto se amplia o papel político das empresas na regulação da vida social (SANTOS, 2003).

Toda sociedade que se quer republicana e democrática deve se organizar em torno de uma **Constituição** em que os direitos de cidadania ocupam posição nuclear como normas fundamentais a serem observadas e defendidas pelo conjunto da sociedade.

Por sua relevância, destacamos os artigos 1º e 3º da Constituição brasileira, essenciais para a compreensão dos objetivos deste curso:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I – a soberania;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V – o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Exercer diretamente o poder popular implica participar do processo de planejamento, elaboração, controle e avaliação das políticas públicas, assumidas como objetivos fundamentais do Estado brasileiro, como prevê o art. 3º.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Os artigos mencionados, conjugados principalmente com o art. 5º (direitos e deveres individuais e coletivos), arts. 6º e 7º (direitos sociais) e arts. 194 a 232 (ordem social), consagram que o Estado Democrático de Direito deve realizar os propósitos do bem-estar social.

Estado de Bem-Estar Social ou Estado-Providência (em inglês: *Welfare State*): trata-se de um tipo de organização política e econômica em que o Estado desempenha um papel central na organização das atividades econômicas, objetivando assegurar elevados níveis de progresso social. Nessa orientação, o Estado é o agente regulador da vida social, política e econômica do país.

No entanto, a sociedade brasileira ainda está distante de realizar o Estado de Bem-Estar Social preconizado na Constituição. Assim, cabe a todos nós atuarmos para assegurar que os princípios constitucionais sejam concretizados.

É nesse contexto que a **Educação Fiscal** se alinha a um amplo projeto educativo, com o objetivo de propiciar o bem-estar social, consequência da consciência cidadã e da construção crítica de conhecimentos específicos sobre os direitos e deveres do cidadão, em busca da efetivação do princípio constitucional da dignidade humana.

Desse modo, a Educação Fiscal deve ser entendida como um instrumento de disseminação de uma nova cultura cidadã, fundada nos seguintes pressupostos:

- ↗ **Conscientização da função socioeconômica dos tributos;**
- ↗ **Gestão e controle democráticos dos recursos públicos;**
- ↗ **Vinculação entre a educação, o trabalho e as práticas sociais;**
- ↗ **Exercício efetivo da cidadania.**

Esses conceitos alicerçam uma educação capaz de contribuir para a construção da cidadania, pautada pela solidariedade, ética, transparência e responsabilidade fiscal e social, onde o ser humano é superior ao Estado, contemplando reflexões sobre o crescimento econômico, a distribuição de renda e a relação homem-natureza no desenvolvimento dos países.

“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso. Eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.”

Paulo Freire

1. O BRASIL E O MUNDO – UMA SÍNTESE DO CENÁRIO SOCIOPOLÍTICO E ECONÔMICO

1.1 Liberalismo econômico x Estado de Bem-Estar Social: concentração de renda e enfrentamento da pobreza

Duas correntes dominaram o pensamento econômico no século XX e ainda provocam grandes debates: a escola desenvolvimentista e o pensamento liberal.

A escola desenvolvimentista tem como fundador e maior teórico o economista inglês John M. Keynes (1883-1946), que defendia uma participação ativa do Estado em setores da atividade econômica que, embora necessários ao desenvolvimento do país, não interessam ou não podem ser atendidos convenientemente pela iniciativa privada.

Já o liberalismo, como doutrina econômica, defendia a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal na economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim num grau mínimo.

O chamado neoliberalismo representa apenas a aplicação de antigos postulados liberais derivados das ideias de John Locke (1632-1704) sobre a defesa da propriedade privada e de Adam Smith (1723-1790) sobre a “mão invisível do mercado”. Para Smith, a “mão invisível” seria representada pelo conjunto das forças naturais do mercado, que agiriam de modo a otimizar a alocação dos recursos por parte dos agentes econômicos em regime de concorrência perfeita (sem a presença de monopólios e a intervenção do Estado), o que conduziria as nações a um processo consistente de acumulação de riquezas. A história econômica do capitalismo demonstrou, no entanto, que o regime econômico de concorrência perfeita cedeu lugar a uma crescente oligopolização dos mercados e hoje o mundo convive com o fenômeno da globalização monopolista.

A crise da bolsa de valores de Nova York, em 1929, seguida da profunda recessão dos Estados Unidos, a superveniência de uma guerra de dimensões globais e a necessidade de reconstrução da Europa após 1945 propiciaram as condições para a rápida expansão das ideias de intervenção do Estado na economia, postuladas por Keynes. A teoria Keynesiana fundamentou a implantação do Estado de Bem-Estar Social nos países centrais do sistema capitalista.

Nesse modelo, as políticas públicas têm caráter preventivo ou profilático, isto é, são planejadas e desenvolvidas para evitar consequências sociais indesejáveis. Por essa razão, tais políticas têm caráter anticíclico (reduzem os efeitos da crise) e emancipatório (geram condições para a autonomia dos cidadãos), como, por exemplo, a política educacional. Sendo assim, contrastam com as políticas sociais compensatórias que objetivam apenas atuar sobre as consequências da pobreza, como a distribuição de alimentos.

Os trinta anos que se seguiram a Segunda Grande Guerra foram considerados os “anos dourados do capitalismo”, com elevados níveis de crescimento econômico acompanhados de melhor distribuição de renda nos países do primeiro mundo, fundamentados nas premissas do Estado

de Bem-Estar Social. As crises do petróleo ocorridas em 1973 e 1979 e o colapso da experiência socialista da União Soviética e dos países sob sua influência, em fins da década de 1980, fortaleceram novamente a ideologia liberal, a partir do chamado Consenso de Washington.

1.2 Desafios para o Brasil contemporâneo

O Brasil vivenciou as contradições do crescimento durante o período de maior crescimento econômico de nossa história (a década de 1970, quando o país cresceu com taxas médias de 10% a.a.) e experimentou forte concentração da renda. Ficou famosa a frase do então Ministro da Fazenda, Delfim Neto: “primeiro é preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”.

Na época, não havia condições políticas para contestá-lo porque vivíamos sob ditadura. No entanto, essa afirmativa se demonstrou falsa, pois não ocorreu melhora na distribuição de renda entre 1970 e 2000 visto que, mesmo depois da redemocratização, o Estado falhou em seu papel constitucional de desenvolver políticas públicas capazes de erradicar a pobreza e as desigualdades sociais e regionais, além de dotar o País dos investimentos em infraestrutura necessários para garantir padrões de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável.

Em economia, crescimento econômico não é necessariamente sinônimo de distribuição de renda. Por vezes, ocorre o inverso.

Segundo o Banco Mundial (2007), o Brasil é um país rico, tendo alcançado um PIB (soma de todas as riquezas produzidas no país) em 2005 equivalente a 1,585 trilhão de dólares em paridade de poder de compra, representando 2,88% de toda a riqueza mundial, o que nos coloca entre as dez maiores economias do planeta (os EUA lideram com 23%, enquanto a China vem em segundo com 10%). Entretanto, ainda não fomos capazes de distribuir essa riqueza de forma justa, beneficiando o conjunto da sociedade. Para isso, concorreu uma série de fatores estruturais e históricos que iremos abordar ao longo deste curso e cujo conhecimento é importante para que possamos desenvolver e aprimorar políticas públicas capazes de reduzir o fosso social presente na sociedade brasileira. Trataremos disso no Caderno 2, que aborda aspectos da relação Estado e sociedade.

Nesse sentido, vale registrar a importância das diretrizes de desenvolvimento traçadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República e sintetizadas no documento a seguir:

Consenso de Washington: designa um conjunto de medidas econômicas, formulado em novembro de 1989, por economistas de instituições financeiras sediadas em Washington (FMI, Banco Mundial e Departamento do Tesouro Americano), consubstanciadas em texto do economista John Williamson, do International Institute for Economy, e que se tornou o receituário oficial do FMI na década de 1990, destinado a promover ajustes fiscais em países endividados e com problemas em seus balanços de pagamentos.

PRINCIPAIS PROBLEMAS A SEREM SUPERADOS PELO PAÍS	DIRETRIZES ESTRATÉGICAS A SEREM PERSEGUIDAS DENTRO DE UMA VISÃO DE FUTURO PARA O BRASIL
Extrema desigualdade social, inclusive de gênero e de raça, com concentração de renda e riqueza e, parcela significativa da população vivendo na pobreza ou miséria; diminuição da mobilidade social;	Fazer a sociedade brasileira mais igualitária, sem disparidade de gênero e raça, com a renda e a riqueza bem distribuídas, e vigorosa mobilidade social ascendente;
Dinâmica da economia insuficiente para promover a incorporação do mercado interno potencial, suportar concorrência internacional e desenvolver novos produtos e mercados;	Tornar a economia brasileira apta a incorporar todo o mercado interno potencial, com forte dinamismo e capacidade inovadora, desenvolvendo novos produtos e mercados e com participação relevante na economia internacional;
Infraestrutura logística degradada, não competitiva, promotora de desigualdades inter-regionais, intersetoriais e sociais;	Ter infraestrutura logística eficiente e competitiva, integrado do território, da economia e da sociedade nacionais;
Inexistência de sistema nacional público/privado eficaz de financiamento do investimento, estrutura tributária irracional, regressiva e penalizadora da produção e do trabalho;	Construir um sistema de financiamento do investimento eficiente e eficaz, uma estrutura tributária simplificada e racional, com tributos de qualidade, progressiva e estimuladora da produção e do emprego;
Insegurança pública e cidadã, justiça pouco democrática, aparato estatal com baixa capacidade reguladora – fiscalizadora;	Instaurar a segurança pública, a paz social, um sistema judicial transparente, ágil e democrático, e um Estado que regule e fiscalize a contento;
Baixa capacidade operativa do Estado, dificuldade para gerir contenciosos federativos, desequilíbrios regionais profundos, insustentabilidade da gestão de recursos naturais.	Desenvolver um aparato estatal que opere eficiente e eficazmente, um pacto federativo competente para lidar com conflitos, com equilíbrio entre regiões, e capacidade de manejar recursos naturais de forma sustentável.

Fonte: TAPIA (2007)

1.3 A questão ambiental

As alterações que o homem provocou no meio ambiente estão mudando abruptamente o clima do planeta e ameaçando comprometer o próprio futuro da humanidade. Alguns autores atribuem a mudança de paradigmas na relação homem-natureza ao início do Renascimento com o antropocentrismo, passando pela Revolução Industrial, pelo Liberalismo, culminando no século XX com a exploração desenfreada dos recursos naturais. Tal exploração levou a algumas reflexões, como a ocorrida na Conferência de Estocolmo, na “Rio-92” e no Protocolo de Kyoto.

O Relatório de Desenvolvimento Humano sobre Mudanças Climáticas, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2007/2008 – enfatiza que as emissões de gases pelos países é desigual. Esse fato é altamente nocivo, se levarmos em consideração que essas emissões nos afetam diretamente e seriam necessários “*nove planetas para absorver, a salvo, todos os gases que provocam o efeito estufa*”. Destacamos ser muito importante a preservação do planeta pelos 13% da população dos países desenvolvidos, que têm uma parcela de compromisso para que isso ocorra, já que são os maiores emissores do gás poluente dióxido de carbono – CO₂.

Em uma seção especial do Relatório, o ex-arcebispo da Cidade do Cabo, na África do Sul, Desmond Tutu alerta para o risco de um verdadeiro “apartheid da adaptação”, qual seja, os países pobres serão terrivelmente prejudicados se medidas preventivas não forem adotadas já, conclui Tutu, afirmando:

A adaptação está se tornando um eufemismo da injustiça social em nível global. Enquanto os cidadãos do mundo rico estão protegidos contra o mal, os pobres, os frágeis e os famintos estão expostos, cada dia, à dura realidade das alterações climáticas (PNUD, RDH 2007-2008, p. 168).

Para mais informações: < www.mudancasclimaticas.andi.org.br >

Agenda 21

A Agenda 21 é o principal resultado da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – UNCED/RIO-92. Este documento foi discutido e negociado exaustivamente entre as centenas de países ali presentes, sendo, portanto, um produto diplomático contendo consensos e propostas.

A Agenda 21 sugere que os diversos países do mundo tomem medidas para que, neste século XXI, possa ser garantida a sustentabilidade das atividades humanas e principalmente que seja alcançada a melhoria da qualidade de vida para as atuais e futuras gerações. Trata de transformações culturais e de valores, estimulando a adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo. Identifica problemas, propõe soluções e estima custos de investimento.

É um guia de planejamento que deve balizar qualquer política setorial de governo (educação, saúde, habitação, saneamento, entre outros), sendo valioso para reelaborar ideias sobre desenvolvimento, formular propostas, capacitar pessoas e alocar recursos de forma racional.

Para mais informações: < www.ambiente.gov.br/agenda21 >

Urgência de um Ethos Mundial: o Ethos Mundial de que precisamos, segundo Leonardo Boff:

Três problemas suscitam a urgência de uma ética mundial: a crise social, a crise do sistema de trabalho e a crise ecológica, todas de dimensões planetárias.

Problemas globais, soluções globais

Em primeiro lugar, a crise social. Os indicadores são notórios e não precisamos aduzi-los. A mudança da natureza da operação tecnológica, mediante a robotização e a informatização, propiciou uma produção fantástica de riqueza. Ela vem apropriada, de forma altamente desigual, por grandes corporações transnacionais e mundiais que aprofundam ainda mais o fosso existente entre ricos e pobres. Essa acumulação é injusta, porque pessimamente distribuída. Os níveis de solidariedade entre os humanos decaíram aos tempos da barbárie mais cruel.

Tal fato suscita um fantasma aterrador: uma bifurcação possível dentro da espécie humana. Por um lado, estrutura-se um tipo de humanidade opulenta, situada nos países centrais, que controla os processos científico-técnicos, econômicos e políticos e é o oásis dos países periféricos onde vivem as classes aquinhoadas. Todos esses se beneficiam dos avanços tecno-científicos, da biogenética e da manipulação dos recursos naturais e vivem em seus refúgios por cerca de

120/130 anos, tempo biológico de nossas células. Por outro, a velha humanidade, vivendo sob a pressão de manter um status de consumo razoável ou simplesmente na pobreza, na marginalização e na exclusão. Esses, os deserdados e destituídos, vivem como sempre viveu a humanidade e alcançam no máximo a média de 60-70 anos de expectativa de vida.

Em segundo lugar, a crise do sistema de trabalho: as novas formas de produção cada vez mais automatizadas dispensam o trabalho humano; em seu lugar, entra a máquina inteligente. Com isso, destroem-se postos de trabalho e tornam-se os trabalhadores descartáveis, criando um imenso exército de excluídos em todas as sociedades mundiais.

Tal mudança na própria natureza do processo tecnológico demanda um novo padrão civilizatório. Haverá desenvolvimento sem trabalho. A grande questão não será o trabalho – esse no futuro poderá ser o luxo de alguns – mas o ócio. Como passar de uma sociedade de pleno emprego para uma sociedade de plena atividade que garanta a subsistência individual? Como fazer com que o ócio seja criativo, realizador das virtualidades humanas? Libertado do regime assalariado a que foi submetido pela sociedade produtivista moderna, especialmente capitalista, o trabalho voltará à sua natureza original: a atividade criadora do ser humano, a ação plasmadora do real, o demiurgo que transporá os sonhos e as virtualidades presentes nos seres humanos em práticas surpreendentes e em obras expressivas do que seja e do que pode ser a criatividade humana. Estamos preparados para esse salto de qualidade rumo à plena expressão humana?

Em terceiro lugar, emerge a crise ecológica. Os cenários também são de amplo conhecimento, divulgados não apenas por reconhecidos institutos de pesquisa que se preocupam com o estado global da Terra, mas também pela própria Cruz Vermelha Internacional e por vários organismos da ONU. Nas últimas décadas, temos construído o princípio da autodestruição. A atividade humana irresponsável em face da máquina de morte que criou pode produzir danos irreparáveis à biosfera e destruir as condições de vida dos seres humanos. Numa palavra, vivemos sob uma grave ameaça de desequilíbrio ecológico que poderá afetar a Terra como sistema integrador de sistemas. Ela é como um coração. Atingido gravemente, todos os demais organismos vitais serão lesados: os climas, as águas potáveis, a química dos solos, os microorganismos, as sociedades humanas. A sustentabilidade do planeta, urdida em bilhões de anos de trabalho cósmico, poderá desfazer-se. A Terra buscará um novo equilíbrio que, seguramente, acarretará uma devastação fantástica de vidas. Tal princípio de autodestruição convoca urgentemente outro: o princípio de corresponsabilidade por nossa existência como espécie e como planeta. Se queremos continuar a aventura terrenal e cósmica, temos de tomar decisões coletivas que se ordenam à salvaguarda do criado e à manutenção das condições gerais que permitam a evolução seguir seu curso ainda aberto.

A revolução possível em tempos de globalização

A causa principal da crise social se prende à forma como as sociedades modernas se organizaram no acesso, na produção e na distribuição dos bens da natureza e da cultura. Essa forma é profundamente desigual, porque privilegia as minorias que detêm o ter, o poder e o saber sobre as grandes maiorias que vivem do trabalho; em nome de tais títulos se apropriam de maneira privada dos bens produzidos pelo empenho de todos. Os laços de solidariedade e de cooperação não são axiais, mas o são o desempenho individual e a competitividade, criadores permanentes de apartação social com milhões e milhões de marginalizados, de excluídos e de vítimas.

A raiz do alarme ecológico reside no tipo de relação que os humanos, nos últimos séculos, entretiveram com a Terra e seus recursos: uma relação de domínio, de não reconhecimento de

sua alteridade e de falta do cuidado necessário e do respeito imprescindível que toda alteridade exige. O projeto da tecnociência, com as características que possui hoje, só foi possível porque, subjacente, havia a vontade de poder e de estar sobre a natureza e não junto dela e porque se destruiu a consciência de uma grande comunidade biótica, terrenal e cósmica, na qual se encontra inserido o ser humano, juntamente com os demais seres.

Essa constatação não representa uma atitude obscurantista em face do saber científico-técnico, mas uma crítica ao tipo de saber científico-técnico e à forma como ele foi apropriado dentro de um projeto de dominium mundi. Este implica a destruição da aliança de convivência harmônica entre os seres humanos e a natureza, em favor de interesses apenas utilitaristas e parcamente solidários. Não se teve em conta a subjetividade, a autonomia e a alteridade dos seres da própria natureza.

Importa, entretanto, reconhecer que o projeto da tecnociência trouxe incontáveis comodidades para a existência humana. Levou-nos para o espaço exterior, criando a chance de sobrevivência da espécie homo sapiens/demens em caso de eventual catástrofe antropológica. Universalizou formas de melhoria de vida (na saúde, na habitação, no transporte, na comunicação, etc.) como jamais antes na história humana. Desempenhou, portanto, uma função libertadora inestimável. Hoje, entretanto, a continuação desse tipo de apropriação utilitarista e antiecológica poderá alcançar limites intransponíveis e daí desastrosos. Atualmente, para conservar o patrimônio natural e cultural acumulados, devemos mudar. Se não mudarmos de paradigma civilizatório, se não reinventarmos relações mais benevolentes e sinérgicas com a natureza e de maior colaboração entre os vários povos, culturas e religiões, dificilmente conservaremos a sustentabilidade necessária para realizar o projeto humano, aberto para o futuro e para o infinito.

Para resolver esses três problemas globais, dever-se-ia, na verdade, fazer uma revolução também global. Entretanto, assim nos parece, o tempo das revoluções clássicas, havidas e conhecidas, pertence a outro tipo de história, caracterizada pelas culturas regionais e pelos estados-nações. Para tal revolução global, far-se-ia necessária uma ideologia revolucionária global, com seus portadores sociais globais que tivessem tal articulação, coesão e tanto poder que fossem capazes de se impor a todos. Ora, tal situação não é dada nem possivelmente dar-se-á aproximadamente. E os problemas gritam por um encaminhamento, pois sem ele poderemos ir ao encontro do pior.

A saída que muitos analistas propõem e que nós assumimos – é a razão de nosso texto – é encontrar uma nova base de mudança necessária. Essa base deveria apoiar-se em algo que fosse realmente comum e global, de fácil compreensão e realmente viável. Partimos da hipótese de que essa base deve ser ética, de uma ética mínima, a partir da qual se abririam possibilidades de solução e de salvação da Terra, da humanidade e dos desempregados estruturais.

Nessa linha dever-se-á, pois, fazer um pacto ético, fundado não tanto na razão ilustrada, mas no pathos, vale dizer, na sensibilidade humanitária e na inteligência emocional expressas pelo cuidado, pela responsabilidade social e ecológica, pela solidariedade generacional e pela compaixão, atitudes essas capazes de comover as pessoas e movê-las para uma nova prática histórico-social libertadora. Urge uma revolução ética mundial.

Tal revolução ética deve ser concretizada dentro da nova situação em que se encontram a Terra e a humanidade: o processo de globalização que configura um novo patamar de realização da história e do próprio planeta. Nesse quadro, deve emergir a nova sensibilidade e o novo ethos, uma revolução possível nos tempos da globalização.

Por ethos, entendemos o conjunto das inspirações, dos valores e dos princípios que orientarão as relações humanas para com a natureza, para com a sociedade, para com as alteridades, para consigo mesmo e para com o sentido transcendente da existência: Deus. Como veremos ao longo de nossas reflexões, esse ethos não nasce límpido da vontade, como Atena nasceu toda armada da cabeça de Júpiter. Mas toda ética nasce de uma nova ótica. E toda nova ótica irrompe a partir de um mergulho profundo na experiência do Ser, de uma nova percepção do todo ligado, religado em suas partes e conectado com a Fonte originária donde promanam todos os entes. (BOFF, 2000).

2. A EDUCAÇÃO COMO FENÔMENO SOCIAL

2.1 Breve retrospectiva

“... devemos sempre nos lembrar de que cada homem, num certo sentido, representa toda a humanidade e sua história. O que foi possível na história da raça humana em grande escala também é possível em pequena escala em cada indivíduo. Aquilo de que a humanidade precisou pode um dia também ser necessário ao indivíduo...” (JUNG, 1974).

A educação de que o indivíduo necessitava era adquirida por meio da própria família e de sua comunidade, onde os costumes, os hábitos, os conhecimentos, as crenças, as habilidades, a organização social e do trabalho eram passados pela interação entre os sujeitos, por meio da troca de experiência direta de geração a geração.

A crescente complexidade das estruturas sociais ao longo dos séculos levou à criação de instituições que deveriam se responsabilizar por dar continuidade à produção de conhecimentos construídos e repassá-los às novas gerações.

A humanidade busca referenciais que a faça entender a necessidade de contribuir para a construção de novos espaços de conhecimento que levem às grandes transformações.

Dentro desse contexto, a formação do homem é muito mais ampla do que apenas aprender os conhecimentos acadêmicos ou familiares, ou seja, ela extrapola o seu individual chegando ao social, onde exerce e sofre influência. Sua atuação como cidadão é fundamental para as transformações sociais desejadas.

Em *Os códigos da Modernidade*, Toro (1997)¹ aponta as capacidades e competências mínimas para a participação produtiva no século XXI:

- Domínio da leitura e da escrita;
- Capacidade de fazer cálculos e resolver problemas;
- Capacidade de analisar, de sintetizar e interpretar dados, fatos e situações;
- Capacidade de compreender e atuar em seu entorno social.

São ainda capacidades e competências para a participação produtiva no século XXI, como pressupostos ao exercício da cidadania:

- Converter problemas em oportunidades;
- Organizar-se para defender os interesses da coletividade e solucionar problemas por meio do diálogo e da negociação, respeitando as regras, as leis e as normas estabelecidas;
- Criar unidade de propósitos a partir da diversidade e da diferença, sem jamais confundir unidade com uniformidade;
- Atuar para fazer da nação um Estado Social de Direito, isto é, trabalhar para tornar possível o respeito aos direitos humanos;

¹ Texto reproduzido do pôster Fundação Maurício Strotsky Sobrinho e da Fundacion Social. Autor: José Bernardo Toro – filósofo, educador e presidente da Confederação Colombiana de ONGs – 1997 – Colômbia. Tradução e adaptação: Antônio Carlos Gomes da Costa. Disponível no sítio: <http://www.centrorefeducacional.com.br/moderni.htm>. Acesso, 15/07/2009

- Ser crítico com a informação que lhe chega;
- Ter capacidade para localizar, acessar e usar melhor a informação acumulada;
- Ter capacidade de planejar, trabalhar e decidir em grupo.

2.2 A educação no espaço social

Ler o mundo é um ato anterior à leitura da palavra. O ensino da leitura e da escrita da palavra a que falte o exercício crítico da leitura e da releitura do mundo é, científica e pedagogicamente, capenga.

... não devo apenas ensinar biologia, como se o fenômeno vital pudesse ser compreendido fora da trama histórico-social, cultural e política. Como se a vida, a pura vida, pudesse ser vivida de maneira igual em todas as suas dimensões, na favela, no cortiço ou numa zona feliz dos jardins de São Paulo.

... devo ensinar biologia, mas, ao fazê-lo, não posso seccioná-la daquela trama. (FREIRE, 2000)

É importante que o sujeito, a comunidade e a sociedade sejam protagonistas de suas histórias, que aprendam a escrevê-las construindo, coletivamente, os seus projetos de vida, por acreditarem que a gestão democrática influencia positivamente na melhoria da qualidade social.

O espaço da sala de aula não é o único onde se constrói o conhecimento e se aprende sobre cidadania. Criar espaços alternativos onde se possa pesquisar e produzir conhecimentos interfere favoravelmente na construção de cidadãos mais atuantes, reflexivos e autônomos.

As organizações estudantis também estimulam o gosto pelo trabalho coletivo, a partilha de ideias, o respeito mútuo, o diálogo, contribuindo para o exercício da cidadania e a prática democrática.

A televisão, o vídeo, o rádio, o gravador, o DVD, o MP4, os jornais, as revistas, o CD player e o computador são equipamentos presentes no dia a dia dos alunos que propiciam o acesso às informações e a construção de saberes quando utilizados criticamente. As bibliotecas e as salas de leitura igualmente favorecem a aquisição de novos saberes para democratizar a informação.

A observação dos espaços públicos, a visita a espaços histórico-culturais, a descoberta e o entendimento dos grupos sociais ali atuantes, as entrevistas com os mais velhos e com as lideranças locais acerca da cultura popular, a verificação da presença ou ausência de ações do governo na comunidade, tudo isso estabelece uma relação dialética entre o aprender os conteúdos a estudar e o ato político de educar.

2.3 A educação e a cultura

A escola é um dos espaços para aprender a conviver, a ser, a fazer, a conhecer e a propiciar a troca, a imaginação, a interação, a investigação e a partilha.

O processo de aprendizagem envolve, também, a construção de conteúdos das diversas áreas do conhecimento e supõe que o indivíduo aprenda a aprender, exercitando suas múltiplas habilidades, com vistas a uma análise histórico e crítica dos conhecimentos construídos.

Já o aprender a fazer supõe a aquisição de competências que propiciem ao indivíduo enfrentar as variadas situações no âmbito social e de trabalho. Essas situações de convivência nos diferentes

ambientes, sejam no trabalho, na família e/ou na comunidade, implicam a descoberta do outro e o exercício do respeito.

Toda essa relação interpessoal conduz o sujeito a sua descoberta interior, como um ser total, sensível, inteligente, autônomo e capaz de formular seus próprios juízos de valor de forma crítica.

Isso é aprender a ser!

É necessário que se dê o real valor à imaginação, às práticas lúdicas, ao multiculturalismo e às múltiplas linguagens.

Pensar de forma autônoma é saber pensar e é, sobretudo, saber intervir.

Considerar as formas de organização do conhecimento escolar atual como um desafio meramente técnico e voltado para o simples procedimento metodológico e, portanto, sem acepção humanitária, não resolve a questão fundamental da educação de hoje, que é orientar para as transformações e promoção da inclusão social.

O interesse que a escola deve ter em trabalhar com a cultura popular não reside nas qualidades estéticas ou formais dessa cultura, mas, antes, no apostar no multiculturalismo e no trabalho com as múltiplas linguagens (como a linguagem do cinema, de TV, rádio, jogos, informática), além da linguagem escrita já presente na escola.

A pluralidade na linguagem oral dos usuários da língua materna, os diferentes falares, mostram a riqueza linguística das várias regiões, sem hierarquização geográfica dessas falas.

Fazendo uma pausa e propondo-nos a observar as pessoas que nos rodeiam, sua orientação sexual, suas características fenotípicas, como se vestem, que tipo de humor lhes é mais constante, não raramente ficaremos impressionados com a pluralidade de seres humanos com os quais convivemos próxima ou distanciadamente.

Estamos trabalhando com pessoas, com a diversidade, com múltiplas possibilidades e diferentes saberes. Fazer emergir estas histórias é a proposta de um trabalho com o multiculturalismo. Cantar, dançar, contar, dramatizar, pintar, colorir, escrever, falar, encantar para que aconteça a libertação.

Somos livres quando usamos a razão, a escrita, a tecnologia, numa prática docente ideológica e humanamente comprometida com o nosso povo e pautada pelo respeito.

A vivência democrática da cultura não está na simples divulgação de uma cultura já pronta e acabada. É preciso ampliar o olhar para a cultura democrática, resgatando a memória coletiva e a heterogeneidade cultural.

O saber e a memória nacional estão preservados nos museus, nos livros, nas obras de arte, nos monumentos e nos arquivos, segundo Pierre Nora (1976), nos chamados lugares de memória. Esse saber precisa ser apropriado e articulado com um projeto de valorização das nossas raízes, com um projeto educacional que enalteça o lugar onde estamos e como somos.

É preciso trabalhar o reconhecimento cultural local e sua diversidade: conhecer o artista local, sua obra, a linguagem que utiliza em sua arte, o caminho histórico-social por ele percorrido, os espaços populares onde se produz cultura, incluindo também o patrimônio cultural arquitetônico.

Para mais informações: < www.iphan.gov.br >

Reunir os jovens para atividades socioeducativas utilizando outros espaços que não os escolares, dinamizadas por atores sociais que não os professores, resultam muitas vezes em soluções para questões que aparecem no cotidiano escolar, mas que a escola não consegue resolver por si só.

Aprender é a profunda competência de desenhar o destino próprio, de inventar um sujeito crítico e criativo, dentro das circunstâncias dadas e sempre com sentido solidário. (DEMO, 2000)

Aprender é trabalhar com inteligência as incertezas, logo, o aprender pertence ao educador, ao educando e a todos que, com inteligência, desafiam as incertezas e procuram soluções para os problemas surgidos.

Como a pessoa aprende reconstruindo o conhecimento ora individualmente, ora de forma coletiva, justifica-se que a escola deva propor alguns desafios a serem resolvidos individualmente e outros, coletivamente. O que é preciso deixar claro é a necessidade de fornecer ao grupo material de pesquisa, espaço de discussão, pois resolver problemas é mais saber enfrentá-los do que se desvencilhar deles.

Os diferentes espaços culturais e sociais da comunidade onde a escola está inserida têm uma história, abrigam alguns líderes, acolhem a população, servem como pontos de referência folclórica, possuem identidade histórica e uma identidade cultural. Aprender sobre esses espaços fazendo uso deles é desenvolver atividades socioeducativas; é reescrever a história local do ponto de vista do aluno pesquisador; é trabalhar a cultura popular partindo da releitura de um monumento ou edificação já considerada como patrimônio cultural.

Fotografar, desenhar, construir maquetes, mapear, filmar, gravar depoimentos, coletar dados estatísticos, participar de vídeo fórum, de leitura dramatizada de autores nacionais com temáticas escolhidas pelo próprio grupo, e produzir e encenar textos a partir de questões sociais locais, nacionais ou internacionais relevantes são algumas das muitas atividades socioeducativas que devem acontecer dentro e fora da escola.

Listar com os próprios alunos seus gostos, desejos, preferências, sonhos e angústias ajudam a escola a programar atividades produtivas e significativas que proporcionam alegria, prazer e que provocam felicidade. Ajuda ainda no processo de transformação da escola em um lugar capaz de unir trabalho e lazer, teoria e ação, de produzir o conhecimento crítico da história do homem com a natureza e dos homens entre si, tornando possível a transformação da realidade.

Essa prática, como procedimento educacional frequente, é saudável e benigna à cidadania, porque exercita a educação que leva a escola para fora de si mesma e permite que alunos e professores rememorem a vida local e despertem o respeito à cultura, ampliem o gosto pelas tradições locais, sem desperdiçar as ligações entre a inspiração e o momento da criação artístico-cultural ou sociopolítica.

2.4 Educação no espaço escolar

Uma educação escolar cidadã reflete diretamente na vida das pessoas e da sociedade, pois leva ao conhecimento dos princípios que fundamentam as práticas sociais e o respeito às normas

democráticas. Além disso, reafirma os valores culturais e artísticos, sejam eles locais, regionais ou nacionais e possibilita o resgate da dignidade humana por meio de novos saberes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e Superior vigentes orientam que as práticas educacionais respeitem as variedades curriculares existentes e que as ações pedagógicas sejam norteadas pelos seguintes princípios:

- **Princípio ético** – da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
- **Princípio estético** – da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais;
- **Princípio político** – dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

A Constituição Federal reconhece a importância da educação escolar para além do ensino fundamental e orienta no sentido da progressiva universalização do ensino médio. Esse é o espaço para que crianças e adolescentes aumentem a capacidade de discernimento e criticidade, entendendo criticidade como o estímulo à dúvida construtiva e à análise de padrões em que direitos e deveres devam ser considerados na formulação de julgamentos.

Por tudo isso, as escolas devem estabelecer o vínculo das relações interpessoais com sua comunidade local, regional e planetária. Os alunos, assim, estarão constituindo suas identidades como cidadãos capazes de ser protagonistas de suas ações de forma responsável, solidária e autônoma. Poderão, então, efetuar suas escolhas, entre tantas possibilidades que o contexto escolar e social oferece, podendo optar por aquelas que propiciem o crescimento pessoal e do grupo.

Dessa forma, no momento em que o professor se conscientizar de que é sujeito crítico e participativo do processo educativo, ele próprio irá em busca da sua capacitação, mas, em contrapartida, será um sujeito mais exigente no que se refere ao apoio da instituição e do Estado.

A vivência dos princípios ético, estético e político na educação escolar constituem mecanismos de formação de hábitos e atitudes coletivas; mecanismos estes que estimulam crianças, jovens e adultos a participarem de movimentos sociais que buscam uma vida mais justa e solidária para o resgate da dignidade humana.

Convivendo com essa prática educativa e, ainda, fundamentada em conteúdos que privilegiam os referidos princípios, a Educação Fiscal propiciará o exercício da cidadania por meio da sensibilização para a real função socioeconômica do tributo, em prol do controle social da aplicação dos recursos públicos.

3. EDUCAÇÃO E AUTONOMIA

3.1 Educar para a autonomia

Devemos sempre acreditar na imensa capacidade da espécie humana de reverter suas próprias mazelas. Uma das mais sublimes, profícuas e duradouras formas de modificar essa realidade é, sem dúvida, a educação. Uma educação capaz de contribuir para a formação de uma nova ética planetária em que o humano e tudo o que é vivo se sobreponham à exploração irracional do capital.

Para Gadotti (1999), educar significa formar para a autonomia, isto é, para se autogovernar. Um processo educacional somente será verdadeiramente autônomo e libertador se for capaz de preparar cidadãos críticos, dotados das condições que lhes permitam entender os contextos históricos, sociais e econômicos em que estão inseridos. Nosso tempo requer a formação desse novo cidadão consciente, sensível e responsável, que pense global e aja localmente, sendo capaz de intervir e modificar a realidade social excludente a partir de sua comunidade, tornando-se, assim, sujeito da sua própria história.

3.2 Participação popular e Controle Social

Hoje, vivemos uma crise do sistema representativo em todo o mundo e particularmente no Brasil. Por isso, para aperfeiçoarmos nossa democracia, torna-se fundamental fortalecermos o sistema de participação popular por meio da manifestação direta da vontade do cidadão. Para isso, a Constituição instituiu a figura dos Conselhos de Políticas Públicas, preconizados pelo art. 1º, parágrafo único da Constituição, combinado com diversos dispositivos que compõem a Ordem Social (arts. 194 a 232 da CF), criados por diplomas legais que regulamentam a Constituição, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, a Lei Orgânica da Assistência Social, entre outros.

Os conselhos são instituições paritárias, isto é, metade de seus representantes, pelo menos, é eleita pela comunidade e a outra metade, nomeada pelo poder público. Exercem a função de monitorar e avaliar o alcance dos objetivos preconizados pelas políticas governamentais. São fundamentais para combater a malversação e o uso irracional dos recursos públicos, um dos objetivos centrais do Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF, que será abordado adiante. No entanto, para que exerçam com eficácia seu papel constitucional, precisam ser fortalecidos.

Os Conselhos de Políticas Públicas atuam em diferentes campos da vida em sociedade, executando e controlando políticas essenciais à promoção da cidadania. Consulte os sítios indicados e aprenda um pouco mais a respeito desses conselhos:

- Em Educação:
 - ▶ Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb
acesse: <www.fnnde.gov.br/cacs>
- Em Saúde:
 - ▶ Conselho Nacional de Saúde
acesse: <www.conselho.saude.gov.br>

- Em Assistência Social:
 - ▶ Conselho Nacional de Assistência Social
 - acesse: <www.mds.gov.br/cnas>

- Em Direitos Humanos:
 - ▶ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - ▶ Conselho Nacional dos Direitos do Idoso;
 - ▶ Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana;
 - ▶ Conselho Nacional de Combate a Discriminação;
 - ▶ Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência;
 - ▶ Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.

As ações destes conselhos estão disponíveis no sítio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

acesse: <www.presidencia.gov.br/sedh>

Consulte no sítio da Controladoria-Geral da União (CGU), www.cgu.gov.br/Publicacoes/, manuais e cartilhas que reúnem informações sobre diversos programas sociais do governo federal e realça o papel de formulação de políticas e de controle exercido pelos conselhos.

Esses Conselhos estão organizados em todo o território nacional e devem estar constituídos nos três níveis de governo, isto é, federal, estadual ou municipal. Suas atribuições encontram-se previstas em legislação específica que você poderá conhecer consultando os sítios indicados.

As reuniões dos conselhos são públicas e a pauta deve ser divulgada com antecedência para permitir a participação de todos os interessados. Conheça os conselhos de seu município e acompanhe a aplicação de recursos públicos por eles geridos. Se você for educador, estimule a participação de seus alunos e convide representantes dos conselhos constituídos em sua cidade para expor em sua escola quais as diretrizes definidas e como a comunidade pode colaborar com sua implantação.

MUITO IMPORTANTE: Caso seu município não tenha algum desses conselhos, organize sua comunidade e atue junto aos Poderes Executivo e Legislativo para que sejam criados, observada a legislação nacional. A inexistência de alguns desses conselhos impede o repasse de recursos do governo federal para estados e municípios.

Um exercício pode ser iniciado, por exemplo, com o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos destinados à própria área de educação (Fundeb, merenda escolar, dinheiro direto

na escola). Nesse contexto, é imprescindível que o cidadão compreenda o papel do Estado, seu financiamento e sua função social, o que lhe proporcionará o domínio dos instrumentos de participação popular e controle do gasto público. Com o que já estudamos até aqui você pode concluir que a visão do cidadão como agente transformador da realidade social pressupõe o domínio dos conceitos de Educação Fiscal.

Para concluir, transcrevemos trecho do documento Radar Social (2005), publicado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, que realça a importância do que tratamos nesta breve retrospectiva:

Vê-se, pois, que as soluções para os problemas sociais devem necessariamente estar articuladas entre si. E mais: devem avançar para dentro do campo econômico. Em outras palavras, é preciso conjugar o crescimento da economia com o desenvolvimento da sociedade, conjugação nem sempre encontrada ao longo da história brasileira e para a qual o Estado certamente desempenha um papel-chave.

É necessário acrescentar que essa função só será cumprida de maneira satisfatória se as políticas públicas forem menos de governo e mais de Estado. Isto é, o enfrentamento da dívida social no Brasil requer que a intervenção do Estado seja mais ampla, estruturada e duradoura, contando com recursos (financeiros, humanos e institucionais, entre outros) que possibilitem transcender os governos em exercício. Esse é o caso das atuais políticas de previdência social, de saúde, de assistência social (em particular, os Benefícios de Prestação Continuada) e de educação. E, para tanto, a participação da sociedade é crucial. A transformação das políticas públicas em políticas de Estado (ou a manutenção delas como tais na atualidade brasileira) depende de entidades civis numerosas, organizadas, mobilizadas e demandantes de soluções efetivas para os problemas sociais.

A íntegra desse documento, bem como do documento Radar Social 2006, entre outras publicações de interesse para o nosso curso, encontra-se disponível para consulta e download em: <www.ipea.gov.br>.

4. A EDUCAÇÃO FISCAL E O PNEF

Segundo Pedro Demo (1996), “participação é conquista social”. A Educação Fiscal é uma ponte que nos liga a essa fonte de saber, uma porta que se abre para a construção de um processo de participação popular.

Ao longo deste estudo, continuaremos conversando sobre a educação para a cidadania, respeitando as multiplicidades culturais e étnicas, refletindo sobre as possibilidades de formação integral do ser humano, inserido em um contexto histórico.

Examinaremos o papel econômico e social do sistema tributário e dos orçamentos públicos, com o objetivo de demonstrar que todos pagamos tributo e, em contrapartida, temos o direito de participar do processo decisório de alocação do gasto público.

No Brasil, a crescente participação popular no processo orçamentário revela uma alternativa de democracia participativa.

Dentro dessa ótica, muito tem sido feito com base na Constituição Federal de 1988, que tem como fundamentos a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; o combate à pobreza e à exclusão social.

Para alcançar esses objetivos, é indispensável que tenhamos:

- a) Educação de qualidade acessível e permanente a todos;
- b) Um sistema tributário que seja capaz de tributar segundo a capacidade econômica de cada cidadão. Quem tem mais renda, maior patrimônio ou consome produtos de luxo/supérfluos deve pagar mais tributos; e
- c) Um processo orçamentário que garanta a efetiva participação popular. Portanto, é necessário democratizar as informações sobre finanças públicas, propiciando o acompanhamento e o controle do gasto público. Dessa forma, assegura-se que os tributos arrecadados sejam efetivamente aplicados conforme as prioridades da população.

No momento em que o indivíduo passa a perceber a dinâmica e a importância desses processos para sua vida, há grande possibilidade de mudança de paradigma. Fica mais explícito que o tributo é a contribuição de todos para construirmos uma sociedade mais justa, o que só será possível com o controle popular do gasto público. Essa consciência estimula a mudança de comportamento em relação a sonegar e malversar recursos públicos, atos que passam a ser repudiados como crimes sociais, uma vez que tiram dos cidadãos que mais dependem do Estado as condições mínimas para que tenham dignidade e esperança de construir seu futuro com autonomia e liberdade.

Assim, o Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF é construído pelas mãos de todos, a partir da nossa visão de mundo e da participação consciente no contexto das relações humanas, sociais, econômicas, em que cada um é sujeito da sua história e da história de todos.

A construção de uma nação livre, justa e solidária depende de nossa participação consciente.

4.1 Antecedentes

Historicamente, a relação Fisco e sociedade foi pautada pelo conflito entre a necessidade de financiamento das atividades estatais e o retorno qualitativo do pagamento dos tributos.

Para atenuar essa situação, encontramos na história do Fisco, no Brasil, iniciativas no sentido de esclarecer essa relação, objetivando aumento de arrecadação e diminuição do conflito entre Estado e sociedade. Tais iniciativas não solucionaram essa desarmonia, porém, abriram precedentes para um diálogo mais transparente.

No seminário do Conselho Nacional de Políticas Fazendárias – Confaz, a respeito da “Administração Tributária”, realizado na cidade de Fortaleza – CE, em maio de 1996, foi inserido o tema Educação Tributária. Nas conclusões constou como item de destaque, a introdução do ensino, nas escolas, do programa de consciência tributária.

Em setembro desse ano, celebrou-se o Convênio de Cooperação Técnica entre a União, os Estados e o Distrito Federal. No anexo ao texto do acordo, entre as inúmeras atividades de cooperação, constou a elaboração e a implementação de um programa nacional permanente de conscientização tributária, para ser desenvolvido nas unidades da Federação.

Em reunião de julho de 1997, o Confaz aprovou a criação do Grupo de Trabalho Educação Tributária – GET, constituído por representantes do Ministério da Fazenda (Gabinete do Ministro, Secretaria da Receita Federal, Escola de Administração Fazendária – Esaf), das Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal.

A Portaria n.º 35, de 27 de fevereiro de 1998, do Ministério da Fazenda, que oficializou o grupo de trabalho, formulou como seus objetivos: “promover e coordenar as ações necessárias à elaboração e à implementação de um programa nacional permanente de educação tributária” e “acompanhar as atividades do Grupo de Educação Tributária nos Estados – GETE.”

Em março de 1999, passaram a integrar o grupo representantes da Secretaria do Tesouro Nacional e do Ministério da Educação.

Em julho do mesmo ano, tendo em vista a abrangência do programa, que não se restringe apenas aos tributos, mas que aborda também as questões da alocação dos recursos públicos e da sua gestão, o Confaz aprovou a alteração de sua denominação, que passou a ser Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF.

Assim, o Programa Nacional de Educação Fiscal surgiu dessa relação histórica buscando a harmonia entre Estado e sociedade, a partir do entendimento da necessidade do financiamento da coisa pública, pois sem dinheiro não há como se prestar serviços públicos. Por outro lado, o Programa instrumentaliza a sociedade acerca dos meios/mecanismos disponíveis para acompanhar a aplicação dos recursos arrecadados, favorecendo o exercício efetivo da cidadania.

Em dezembro de 2002, foi publicada a Portaria Interministerial n.º 413, assinada pelos Ministros da Fazenda e da Educação, reformulando o Grupo de Trabalho Educação Fiscal nos três níveis de governo, federal, estadual e municipal, e definindo as competências de todos os órgãos envolvidos na implementação do Programa.

Coisa pública ou “res pública”:
expressão latina que significa propriedade do povo, ou seja, que é mantida em conjunto pela população.

4.2 Compreendendo o conceito de Educação Fiscal

Educação Fiscal deve ser compreendida como uma abordagem didático-pedagógica capaz de interpretar as vertentes financeiras da arrecadação e dos gastos públicos, estimulando o cidadão a compreender o seu dever de contribuir solidariamente em benefício do conjunto da sociedade e, por outro lado, estar consciente da importância de sua participação no acompanhamento da aplicação dos recursos arrecadados, com justiça, transparência, honestidade e eficiência, minimizando o conflito de relação entre o cidadão contribuinte e o Estado arrecadador.

A Educação Fiscal deve tratar da compreensão do que é o Estado, suas origens, seus propósitos e da importância do controle da sociedade sobre o gasto público, através da participação de cada cidadão, concorrendo para o fortalecimento do ambiente democrático.

4.3 Valores

Da Educação Fiscal

- Superioridade do homem sobre o Estado;
- Liberdade;
- Igualdade;
- Justiça social.

Do Programa Nacional de Educação Fiscal

Comprometimento com a construção da cidadania, com a solidariedade, ética, transparência, responsabilidade fiscal e social, expresso nas seguintes ideias-força:

- Na educação, o exercício de uma prática educativa na perspectiva de formar um ser humano socialmente consciente;
- Na cidadania, objetiva possibilitar e estimular o crescente poder do cidadão quanto ao controle democrático do Estado, incentivando-o à participação individual e coletiva na definição de políticas públicas e na elaboração das leis para sua execução;
- Na ética, uma conduta responsável, individual e coletiva que valorize o bem comum; e
- Na política, uma gestão pública eficiente, transparente e honesta quanto à captação, alocação e aplicação dos recursos públicos.

Das instituições gestoras do PNEF

Condução do PNEF por meio da realização de práticas democráticas em permanente integração com todos os segmentos sociais.

4.4 Missão

Da Educação Fiscal

Estimular a mudança de valores, crenças e culturas dos indivíduos, na perspectiva da formação de um ser humano integral, como meio de possibilitar o efetivo exercício de cidadania e propiciar a transformação social.

Do Programa Nacional de Educação Fiscal

Contribuir permanentemente para a formação do indivíduo, visando ao desenvolvimento da conscientização sobre seus direitos e deveres no tocante ao valor social do tributo e ao controle social do Estado democrático.

Das instituições gestoras do Programa

Desenvolver o PNEF, institucionalizadamente, de forma ética e responsável.

4.5 Diretrizes do PNEF

A ênfase no exercício da cidadania deverá voltar-se para a organização, mobilização e o estímulo à participação social no tocante às questões tributárias e às finanças e gastos públicos, relativos às três esferas de governo.

Sua implementação, de âmbito nacional, deverá envolver os três níveis de governo, por meio da elaboração e execução de planos estratégicos, programas e projetos, cujos resultados esperados e impactos desejados deverão ser monitorados e avaliados quantitativa e qualitativamente por sistema nacional e local, devendo fazer também parte da política institucional de cada instituição gestora.

Suas ações, com caráter de educação permanente, deverão estar desvinculadas de campanhas de premiação com finalidade exclusiva de aumento de arrecadação, como também evitar o uso de logomarcas e mensagens que caracterizem determinada gestão governamental.

O financiamento das ações do PNEF ocorrerá por intermédio de recursos orçamentários próprios, oriundos das três esferas de governo, assim como daqueles procedentes de parcerias com entidades da sociedade civil ou organismos internacionais.

A partir do enfoque na educação como mecanismo de transformação social, deverá se nortear pelos princípios político, estético e ético das Diretrizes Curriculares Nacionais, pela legislação educacional vigente, respeitando as diretrizes nacionais, estaduais e municipais e pela autonomia das instituições de ensino.

Todo o material produzido para o PNEF, inclusive o didático, será de propriedade do Programa e deverá seguir linhas de referenciais nacionais definidas neste documento e em documentos orientadores específicos, devendo haver permanente socialização nacional do material produzido e das experiências realizadas.

4.6 Objetivos do Programa

4.6.1 Geral

Promover e institucionalizar a Educação Fiscal para o efetivo exercício da cidadania.

4.6.2 Específicos

- Disseminar informações e conceitos sobre a gestão fiscal, favorecendo a compreensão e a intensificação da participação social nos processos de geração, aplicação e fiscalização dos recursos públicos;

- Institucionalizar o PNEF nas esferas dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, desenvolvendo ações permanentes de sensibilização;
- Estimular a prática interdisciplinar nas ações de educação fiscal, capacitando de forma continuada agentes multiplicadores.

4.7 Abrangência do Programa

Com abrangência nacional, o Programa de Educação Fiscal focaliza, prioritariamente, estudantes e profissionais da educação básica. Destina-se também aos servidores, desenvolvendo conteúdos e práticas sobre direitos e deveres recíprocos na relação Estado–cidadão.

O Programa é amplo e possui cinco áreas de abrangência, de modo que sejam atendidos todos os brasileiros, em qualquer estágio de sua vida:

1. Os estudantes do ensino fundamental, garantindo-lhes acesso aos conceitos da Educação Fiscal.
2. Os estudantes do ensino médio, com aprofundamento maior dos assuntos.
3. Os servidores públicos, num processo de sensibilização e envolvimento no Programa.
4. Os universitários, oportunizando o acompanhamento do cidadão em toda sua vida estudantil.
5. A sociedade em geral, para abranger aqueles que não teriam a chance de voltar mais aos bancos escolares, utilizando de preferência as organizações a que pertencem como clubes, associações, sindicatos, clubes de serviço e ONGs, entre outras.

O Programa pode, então, ser desenvolvido em todos os níveis de ensino e faixas etárias. Por seu intermédio, a sociedade passa a ter melhor entendimento:

- Da estrutura e do funcionamento da administração pública em seus três níveis de governo – federal, estadual e municipal;
- Da função socioeconômica dos tributos;
- Da aplicação dos recursos públicos;
- Das estratégias e dos meios para o exercício do controle democrático.

Vale ressaltar que, ao se difundirem esses conceitos, contribui-se para que professores, líderes comunitários, universitários, entre outros, possam realizar seu papel de modo cada vez mais consciente e responsável.

4.8 Gestão do Programa

- Os Estados tem autonomia de elaborar e implementar seus projetos segundo suas condições, definindo prioridades e ritmo próprio, porém, obedecendo às Diretrizes do Programa Nacional.

- Nos Estados, o Programa é desenvolvido em parceria com as Secretarias da Fazenda, da Educação e da Receita Federal do Brasil e outras instituições, a critério do programa estadual de Educação Fiscal.
- A Esaf, como Coordenadora-Geral do Programa, exerce papel fundamental na evolução do Programa.
- A Esaf promove, de forma permanente, a articulação dos três níveis de governo, no âmbito do Programa.
- No cenário internacional, a Esaf tem propiciado a divulgação e troca de experiências do PNEF em países como Canadá, África do Sul, Moçambique, Cuba e Honduras.
- As instituições gestoras e suas respectivas competências constam da Portaria Interministerial Fazenda e Educação nº. 413, de 31 de dezembro de 2002.

Concluindo, o Programa Nacional de Educação Fiscal propõe-se a:

- Ser um instrumento de fortalecimento permanente do Estado democrático;
- Contribuir para fortalecer os mecanismos de transformação social por meio da educação;
- Difundir informações que possibilitem a construção da consciência cidadã;
- Ampliar a participação popular na gestão democrática do Estado;
- Contribuir para aperfeiçoar a ética na administração pública e na sociedade;
- Harmonizar a relação Estado-cidadão;
- Desenvolver a consciência crítica da sociedade para o exercício do controle social;
- Aumentar a eficiência, a eficácia e a transparência do Estado;
- Aumentar a responsabilidade fiscal;
- Obter o equilíbrio fiscal;
- Combater a corrupção;
- Promover a reflexão sobre nossas práticas sociais;
- Melhorar o perfil do homem público;
- Atenuar as desigualdades sociais.

5. O PNEF E SUAS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO NA EDUCAÇÃO E NA ESCOLA

“Alguns homens vêem as coisas como são e dizem: – Por quê?”

Eu sonho com as coisas que nunca foram e digo:

- Por que não?”

Bernard Shaw

Vivemos em um tempo de expectativas, perplexidades, de crises de concepções e paradigmas. Tempo esse também de muitas possibilidades. Nesse sentido, o Programa Nacional de Educação Fiscal tem o compromisso com a formação para o exercício efetivo da cidadania e, por meio de suas ações, busca desenvolver pessoas, estimulando-as à criticidade, à autonomia e à participação.

5.1 Por uma escola em sintonia com seu tempo²

Diante da conjuntura social contemporânea é importante registrar a complexidade das ações humanas e a necessidade de alternativas criativas para enfrentamento dos problemas de nosso tempo.

Nunca é demais afirmar que a escola ocupa um lugar de destaque no contexto das instituições capazes de contribuir para essa realidade, seja na proposição de alternativas ou na reprodução da situação.

Nesse sentido, há uma crescente demanda social pela reflexão e ação sobre temas que assegurem maior conscientização acerca dos fenômenos sociais vivenciados e que permitam a possibilidade de investigá-los, sobretudo, quando se manifestam no sentido de inibir a cidadania.

Desse modo, é função dos que pensam e edificam o cotidiano da escola, construir um elo possível entre o conhecimento escolar, a necessidade social e a qualidade de vida dos cidadãos.

Um dos mecanismos utilizados para promoção dessa aproximação foi a introdução da ideia de temas transversais na educação básica brasileira. Todavia, ainda existe o desafio de fazer a contemporaneidade (por meio dos mais diversos temas) compor o cenário escolar de forma orgânica e não esporádica, de traduzi-la para uma linguagem discursiva que garanta a todos os frequentadores do universo escolar, o amplo acesso e domínio das questões que o abordam na vida social.

Esta, não é uma tarefa simples, pois envolve o debate acerca de princípios e concepções sobre a própria função social da escola.

5.2 A concepção de currículo escolar

Nesse sentido, questionamos: para que serve uma escola? Que sentido existe em nos organizarmos socialmente para conviver horas, dias, meses e anos em um ambiente escolar? Qual a re-

² Fragmento de texto utilizado no Programa Salto para o Futuro – 21/06 a 24/06/2004, de autoria de Najla Veloso e Carlos Mota. Texto na íntegra disponível em <http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2004/cp/tetxt1.htm>

lação entre o vivido na escola e o cotidiano das pessoas? O que faz da escola um “espaço-tempo” polêmico entre os que crêem e os que descrêem da sua relevância social?

Nos meios acadêmicos já se tornou bem aceito o fato de que a escola não muda o mundo, mas muda com o mundo. Em suma, mudam as pessoas e, assim, favorece a transformação da humanidade.

Os estudos curriculares representam um poderoso artefato para o movimento de observação, reflexão e intervenção na dinâmica escolar. Possibilita compreender o que se processa no seu interior e os vínculos entre o que se vive na escola e a comunidade onde esta se localiza.

O currículo escolar constitui-se, portanto, no conflitante campo dos debates que intencionam compreender os diversos “fazer” e “pensar” que repercutem no interior da escola. De igual forma, possibilita ainda não criar limites entre o que é “específico” da escola e o que “pertence” ao conhecimento da sociedade em geral.

Essa leitura extrapola o conceito de currículo como sinônimo de um conjunto de conhecimentos, determinados a priori, que se enquadram em disciplinas “cientificamente” pré-definidas e delimitadoras de tudo que será ou não vivido por estudantes e educadores, num dado espaço e tempo igualmente rígidos.

Refere-se a uma concepção de currículo para além de um desenho com poder de aprisionar e reduzir os conhecimentos da cultura humana em modelos inflexíveis que devem ser transmitidos de geração a geração. Busca superar a ação formativa escolarizada limitada ao que se encontra preso em uma ideia de “grade curricular”.

Buscando um novo alinhamento conceitual, o currículo é uma ferramenta imprescindível para se compreender os interesses que atuam e estão em permanente jogo na escola e na sociedade.

Para além do que está prescrito nas “grades curriculares” e nas listas de conteúdos pré-elaboradas, adotamos um conceito de currículo como *conjunto de ações que cooperam para a formação humana em suas múltiplas dimensões constitutivas*.

Assim, quando falamos de currículo estamos nos referindo ao complexo processo socio-cultural que fez da escola um dos mais importantes meios de compreensão e reprodução dos conhecimentos produzidos pela humanidade.

No currículo, relações de poder, ideologias e culturas são afirmadas ou negadas. Discutir o currículo é, portanto, debater uma perspectiva de mundo, de sociedade e de ser humano. Um debate que não se reduz a uma visão tradicional de mudanças de conteúdos dos currículos escolares.

Esse tema põe em foco amplas questões como: O quê e como se aprende na escola? A quem interessa e a serviço de quem está o que é aprendido? Como podemos fazer para democratizar o que é discutido nas escolas de forma a não excluir os conhecimentos dos diferentes segmentos sociais, sem anular identidades ou segregar saberes? E como romper com a “clausura” que a escola vive em relação à dinâmica social de nossos dias?

Ainda não há consenso sobre um caminho que responda a esses questionamentos com garantia de certeza e/ou segurança. O não consenso, nesse caso, parece expressar a existência de diferentes caminhos e de caminhos plurais.

Como abordarmos, por exemplo, os preocupantes índices de gravidez na adolescência? Como trabalharmos em nossas escolas os dados que apontam para o alto número de abortos entre jovens de 15 a 19 anos? Há relações possíveis de serem estabelecidas entre esses indicadores e a nossa comunidade? E como discutir as relações entre impostos e cidadania?

Questões como essas podem compor o currículo escolar? Perfeitamente. E sem nenhum prejuízo aos saberes consagrados nos conteúdos escolares. No entanto, torna-se necessário parar e pensar sobre os caminhos e alternativas didático-metodológicas possíveis para ampliar e potencializar os saberes e as vivências na escola.

Possivelmente, essa compreensão figure entre os maiores desafios dos sistemas de educação no Brasil: construir uma concepção de ação educativa que atenda as múltiplas dimensões formativas do indivíduo e consolide a compreensão de que o currículo escolar se manifesta como expressão efetiva da vida vivida, em contraposição à ideia de um “currículo prescritivo”, previamente elaborado e comprometido com avaliações futuras.

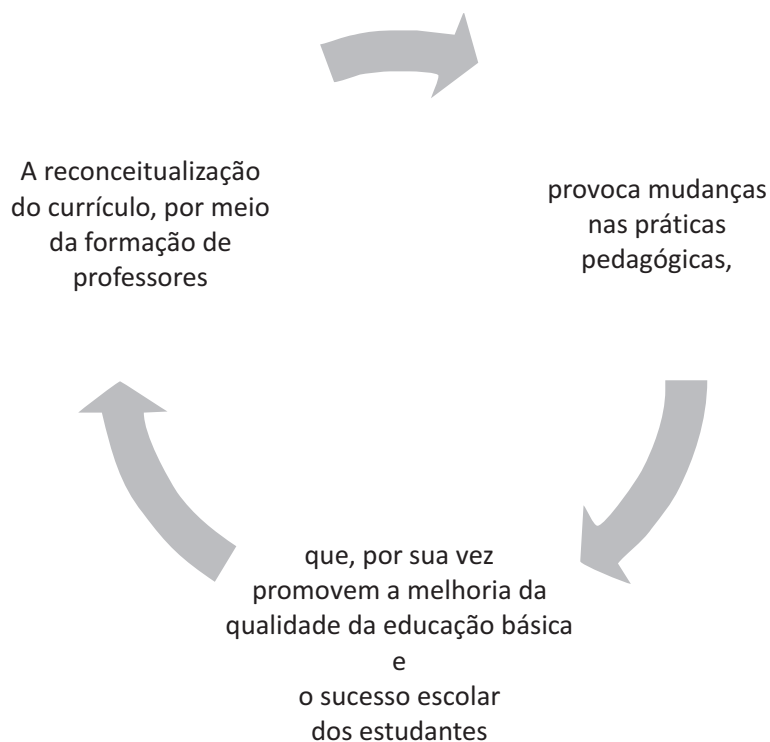
Uma escola a altura do seu tempo traz para si a responsabilidade de investigar as questões postas na realidade na qual se insere. Para isso, reorganiza-se como espaço social do diálogo, com base na equidade dos saberes, nas diferentes contribuições científicas, nas percepções do cotidiano humano e nas manifestações da cultura. Enfim, numa permanente busca de alternativas para as demandas de seu público.

Numa análise mais geral, a organização que ainda prevalece na maioria das escolas reflete uma concepção obsoleta de educação, de homem e de sociedade, onde o conhecimento é algo a ser transmitido, a aprendizagem é um acúmulo de informações, os conteúdos escolares são recortes do conhecimento científico, arbitrariamente considerados relevantes, e os professores são os que transmitem e os alunos são os que assimilam.

No entanto, há diversas escolas que desenvolvem atividades que extrapolam seus muros e as transformam em efetivos “centros de formação da cidadania”, como prevê a vigente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesse processo, o entorno cultural da escola vira escola, ou seja, fonte concreta de pesquisas, aprendizagem e descobertas. Transforma-se em laboratório de experiências, fomentando as mútuas intervenções de alunos, professores, comunidade e produzindo as alternativas que podem interferir na qualidade social de vida de seus membros.

É importante ressaltar que a partir da perspectiva de currículo, os profissionais da educação terão maior facilidade de compreender que os temas sociais contemporâneos como fome, violência, pobreza, DST/AIDS, guerras, trânsito, alfabetização dos povos, diversidade de gênero, classes, etnias, opções religiosas, de relação com o corpo, o fisco, os impostos e aplicação do recurso público, entre outros assuntos, estão absolutamente relacionadas ao papel da escola na formação humana dos educandos e, principalmente, às suas aprendizagens.

Em suma, num processo dinâmico e dialético, compreendemos que:



Partindo dessa premissa, a ação política dos professores torna-se, prioritariamente, articular os vários saberes, tendo por maior finalidade a aprendizagem e a promoção da cidadania.

Assim, entendemos que nas novas concepções e relações sociais estabelecidas entre os participantes da escola se fundam as possibilidades concretas de trabalho da Educação Fiscal.

Essa leitura de função da escola e do currículo escolar, aliada à missão e aos objetivos da educação fiscal, faz emergir dois temas, absolutamente relevantes, para melhor relação escola e educação fiscal:

- a) Os projetos de trabalho como alternativa metodológica;
- b) O projeto pedagógico da escola como alternativa de gestão da Educação Fiscal.

5.3 Projetos de trabalho: um caminho possível

Uma questão pouco mencionada e discutida na escola é o fato de ensinarmos disciplinas e conteúdos previamente definidos. Por que, dos 6 mil campos de conhecimento que existem, apenas oito são abordados? Por que não estudamos Antropologia, Cosmologia, Sociologia e Economia na Educação Básica? Esse são alguns dos questionamentos de Hernández e Ventura (1998). Segundo os autores, as disciplinas atuais são as mesmas desde o final do Século XIX. Fortalecendo a pertinência desses questionamentos, estudos já provaram que 80% das coisas que aprendemos na escola não nos servem, não dão sentido ao mundo em que vivemos, não nos disciplinam e não nos socializam.

Para Hernández e Ventura (1998), os projetos de trabalho tentam uma aproximação da escola com o aluno e se vinculam à pesquisa sobre algo emergente. Como ocorre ainda na maioria das escolas, o educador, que é solitário e sem muitos compartilhamentos, passa a trabalhar em uma organização que promove o compartilhamento e a construção de saberes não apenas com a sua turma, mas com toda a escola.

Projeto é uma concepção de educação trabalhada a partir de pesquisa e da problematização de fenômenos reais.

Para se trabalhar com projetos, em primeiro lugar, é necessário que se tenha um problema para iniciar uma pesquisa. Pode ser a respeito de uma inquietação ou de uma posição a respeito do mundo.

Todas as coisas que se podem ensinar por meio de projetos começam de uma dúvida. A partir dessa, podem ser propostas diversas alternativas, tendo na investigação e na construção coletiva da turma uma referência pedagógico-metodológica.

Desse ponto em diante, é importante trabalhar as maneiras de como olhar o mundo – que são diversas. Mas não interessa só localizá-las e sim entender o significado delas, porque com o resultado é que se pode edificar uma situação de aprendizagem em que os próprios estudantes começam a participar do processo de criação, pois buscam resposta às suas dúvidas. E, logo após, são elaborados relatórios que sistematizam o conhecimento construído, ou seja, o projeto de trabalho.

Na leitura de Hernández e Ventura, consoante com a concepção de currículo que já discutimos, entende-se que a escola, como toda instituição social, precisa dialogar com as coisas que estão acontecendo, pois o mundo atual não é igual àquele de quando nós e nossos pais frequentávamos a escola. Portanto, os caminhos que o estabelecimento de ensino adota devem ser contextualizados com os novos movimentos apresentados neste século. Atente-se para o texto que se segue:

“A Pedagogia de Projetos busca a re-significação do espaço escolar, a fim de que se transforme em um espaço vivo de interações, aberto à realidade e às suas dimensões”.

O trabalho com projetos favorece a possibilidade dos educandos perceberem-se como co-autores de suas aprendizagens, o que lhes permite fazer escolhas, decidirem e se envolverem com essas escolhas, assumindo responsabilidades, planejando suas ações e sendo sujeitos em todo esse processo. O conhecimento passa a ser construído juntamente com o contexto em que está inserido, não sendo possível, assim, separar os aspectos sociais, emocionais e cognitivos contidos nesse processo.

Qualquer fenômeno da vida pode se configurar um problema de pesquisa. Pode ser uma inquietação ou uma posição a respeito do mundo, uma curiosidade, um tema emergente... Diante do problema, é importante trabalhar as maneiras de olhar o mundo que são diversas e como resultado desse esforço é que se constrói uma situação de aprendizagem em que os próprios estudantes começam a participar do processo de criação, uma vez que eles mesmos navegarão pelos livros, jornais, revistas, periódicos, informativos, internet e outras fontes de informação na busca de respostas para suas dúvidas.

O trabalho com projetos pode dar conta de alguns objetivos educacionais com maior profundidade, em particular o desenvolvimento da autonomia intelectual, o aprender a aprender,

o desenvolvimento da organização individual e coletiva, bem como a capacidade de tomar decisões e fazer escolhas com o propósito de realizar pequenos ou grandes projetos pessoais.

Os temas do projeto podem ser indicados pelos educandos ou pelo professor, ou, ainda, por ambos. O principal é que sejam definidos em conjunto e que sejam questões bem próximas da realidade e do interesse dos educandos e da comunidade. Sua duração depende do planejamento dos professores, mas, sobretudo, dos acontecimentos, uma vez que a flexibilidade da organização é um importante elemento para que ele possa dar certo.

Um projeto pode ser desenvolvido em “etapas” ou “fases”. Leite *et al* (1998), Amaral (2000) e Vieira (1998) *apud* Simões, afirmam que para a organização e o desenvolvimento de projetos, três etapas são fundamentais:

A problematização – que é o início do projeto, os educandos expressam suas ideias e o conhecimento a respeito do tema em questão. Todos trazem consigo hipóteses explicativas e a partir de então, a intervenção pedagógica surge.

O desenvolvimento – é a consequência natural da primeira etapa, ela surge da necessidade de se planejar as estratégias mais adequadas para que os objetivos do grupo sejam atingidos e buscando respostas para as questões propostas.

A síntese – esta fase é preparada desde o planejamento e prossegue ao longo do projeto com a previsão, organização e sintetização das informações coletadas. No momento da conclusão, avaliam-se os conhecimentos adquiridos, os procedimentos utilizados, as atitudes incorporadas e, sobretudo, se as questões que inicialmente foram levantadas estão resolvidas ou se existe a necessidade de ir adiante a partir do levantamento de novos problemas.

Há que se ressaltar que, apesar dessas etapas serem destacadas no desenvolvimento de um projeto, esses processos são contínuos e não podem ser reduzidos a um quadro esquemático e fragmentado.

Podemos ter projetos especificamente da turma ou da escola como um todo. Para essa segunda possibilidade, é muito importante que os professores se encontrem, estudem e planejem conjuntamente o tema e qual o projeto para desenvolvê-lo. Esse é um desafio das escolas e dos sistemas de ensino do nosso país que precisa ser superado para alcançarmos um trabalho mais coletivo e dinâmico em nossas escolas.

Nesse sentido, compreendemos que, para ser um projeto, o desenvolvimento do trabalho na sala de aula deve ter a participação dos educandos em algumas decisões, para que eles aprendam também a analisar situações, tomar decisões e ter a experiência de pôr em prática o que foi planejado. Mesmo as resoluções que são tomadas previamente pelo professor devem ser explicadas e justificadas, ou seja, partilhadas com os educandos, tendo como referência a realização do projeto.

Pensamos que, além do acesso às informações e dos conhecimentos construídos com os projetos de trabalho, estaremos investindo em outras aprendizagens e saberes necessários à vida humana como: investigar, pesquisar, descobrir, redescobrir, interpretar, argumentar, comparar, ler e reler fatos e situações.

Vale ressaltar que nenhuma ação docente deve se dar sem a devida crítica e desvinculada de nosso interesse com o objetivo de buscar uma educação de qualidade para todos e uma sociedade mais igualitária. Há educadores que nos alertam que os projetos de trabalho são alternativas encontradas em outros países e, por isso, não representam uma fórmula mágica para resolver as questões educacionais brasileiras; que há muito por fazer para encontrarmos as alternativas que melhor atendam às nossas demandas. Eis uma considerável reflexão.

É importante reiterar sempre que os conteúdos escolares não são desprezados no trabalho com projetos. Ao contrário, eles ganham significado, são contextualizados, dinamizados e transformados em saberes construídos por meio da pesquisa e da investigação, ao invés da simples transmissão do professor e da memorização dos educandos. (LEITE, 1998)

5.4 Projeto pedagógico: uma alternativa de gestão da Educação Fiscal na escola

O projeto pedagógico vem tomando corpo no discurso oficial das instituições de ensino, com destaque na legislação educacional (LDBEN nº 9394/96, artigo 12, inciso I). Baffi (2002) afirma que vivemos na época da “cultura do projeto”, da qual a atitude intencional e sistemática de solucionar problemas e construir conhecimento é a principal característica. Entendemos, portanto, que o projeto pedagógico é um instrumento possível de ação e transformação da realidade.

É de fundamental importância considerar a realidade da comunidade local e as reais condições da escola, bem como as causas de seus sucessos e insucessos, a fim de que se torne possível propor alternativas coletivas e trabalho conjunto.

O Projeto Pedagógico da escola, comumente conhecido como Projeto Político-Pedagógico (PPP), é um instrumento de formalização das intenções e planejamentos da escola.

Para ser efetivo e factível, deve ser construído e vivenciado por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. É uma ação intencional e um compromisso definido coletivamente que se relaciona em duas dimensões: a política, porque articula o compromisso sócio-político aos interesses da comunidade e a pedagógica, pois reside na possibilidade de se efetivar a ação educativa que norteará a formação do cidadão.

Ambas as dimensões relacionam-se e determinam-se mutuamente. Nesse sentido, a construção do PPP é um processo permanente de reflexão e discussão de problemas escolares, na busca de alternativas viáveis a efetivação de sua intencionalidade. Esse debate, promovido pelo encontro coletivo dos profissionais com a comunidade, propicia a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar em busca de garantir a cada integrante, o exercício da cidadania.

Esse projeto perpassa por dois níveis de ação: a escola como um todo e a sala de aula (compreendida para além dos muros da escola), como um amplo espaço de ação social.

Para construir o seu PPP, a escola deve exercitar o trabalho coletivo e ter autonomia de definir seus interesses e estratégias de ação educacional. Ou seja, se basear em referenciais conceituais e estar compromissada em solucionar problemas educativos e de ensino.

A abordagem do PPP fundamenta-se em alguns princípios que norteiam a escola democrática, pública e gratuita: “igualdade” de condições para acesso e permanência na escola; “qualidade” de ensino para todos; “gestão democrática”, que inclui a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões/ações administrativo-pedagógicas ali desenvolvidas; “autonomia” de atuação; e, a “valorização do magistério” que objetiva a formação inicial, a formação continuada, melhores condições de trabalho e remuneração decente.

Portanto, o PPP deve ser marcado por algumas características:

- a) Deve ser discutido e definido pelo maior número possível de pessoas envolvidas na escola, tanto profissionais como comunidade;
- b) Expressar os objetivos, finalidades, estratégias de ensino, temas priorizados, cronograma e responsabilidades pelas atividades propostas e prever um processo avaliativo dele mesmo como resultado do pensar coletivo da escola;
- c) Ser avaliado e reformulado sistematicamente, quando isso se fizer necessário.

Para a Educação Fiscal, o PPP do estabelecimento de ensino representa uma importante estratégia de inserção na escola, uma vez que configura uma possibilidade de gestão compartilhada e assumida por todos nela envolvidos, pois favorece que o Programa seja compreendido, assumido e faça parte das iniciativas da escola como um tema norteador de suas ações.

Na perspectiva de ilustrar esse debate, seguem algumas sugestões de atividades que podem ser aperfeiçoadas, adequadas aos diversos níveis de ensino e faixas etárias dos estudantes.

5.5 Sugestões de atividades

Como atividades pedagógicas podem ser desenvolvidas:

- Interpretações de textos sobre a importância dos tributos;
- Acesso ao sítio Leãozinho (www.leaozinho.receita.fazenda.gov.br);
- Leitura de histórias associadas à questão dos tributos;
- Visitação à Câmara de Vereadores em audiências públicas (planejamento orçamentário, prestação de contas);
- Visitação à Secretaria de Fazenda, ou Finanças, dos Estados e Municípios, Receita Federal do Brasil, conselhos escolares e municipais;
- Visitação à prefeitura municipal e suas principais secretarias para melhor conhecer o trabalho realizado no município;
- Escrita de paródias sobre Educação Fiscal;
- Entrevistas com o Prefeito, com o Presidente da Câmara, com os secretários de Finanças e de Educação do município sobre a importância do Programa Nacional de Educação Fiscal;
- Levantamento do número de casas comerciais e indústrias do município/bairro ou comunidade e se essas estão regularizadas com o Fisco e emitem notas fiscais. Apresentar levantamento estatístico;

- Entrevistas às pessoas da comunidade sobre o grau de satisfação quanto à aplicação do dinheiro público no seu município. Perguntar o que cada um está fazendo para assegurar a boa aplicação dos tributos que pagamos;
- Elaboração de documento com problemas a partir de notas fiscais;
- Interpretação do Código do Consumidor;
- Realização de pesquisa de campo sobre o hábito de exigir nota fiscal;
- Elaboração com a comunidade de um quadro demonstrativo de seus principais problemas, apresentando alternativas que possibilitem melhor qualidade de vida;
- Coleta de notas fiscais para identificação dos tributos pagos;
- Realização de pesquisa de campo sobre fatos que geraram o sentimento de aversão aos tributos e atitudes de sonegação;
- Identificação dos produtos mais consumidos e sua carga tributária;
- Identificação das siglas (Cofins, IPI, IOF, PIB, ISS, etc.);
- Acompanhamento e controle dos recursos/fontes a serem aplicados: orçamento escolar/familiar;
- Debate sobre a aplicação dos recursos públicos da escola, por exemplo, o Fundo Rotativo;
- Coleta de dados relacionados à Educação Fiscal em livros, revistas, sítios, material didático do curso on-line em Educação Fiscal.

Como culminância das atividades, podem ser realizadas (os):

- Gincanas focando tarefas relacionadas a solidariedade humana e a solução coletiva de problemas comunitários;
- Feira de cultura com apresentações artísticas: peças de teatro, exposições fotográficas, música, dança, vídeo, sempre focalizando temas tratados pelo Programa;
- Passeatas da cidadania (com cartazes alusivos ao combate à sonegação e à corrupção);
- Exposições em seminários e painéis de debates;
- Simulações de sessões da Câmara de Vereadores;
- Júri simulado sobre temas polêmicos tratados no Programa;
- Implantação de projetos debatidos e priorizados pela escola e ou comunidade;
- Criação do Orçamento Participativo Criança;
- Discussão e criação do OCA – Orçamento Criança e Adolescente;
- Sensibilização durante festividades e eventos de relevância para a comunidade/município;
- Oficinas de produção seguidas de apresentação dos trabalhos pela escola;
- Produção de revista em quadrinhos e jornal;
- Produção de programas ou spots para veiculação em rádios e TV comunitários.

5.6. Sugestão de roteiro para elaboração do Projeto Pedagógico

1. Introdução

2. Estrutura do Projeto

Apresentamos dois tipos de projeto de forma a contemplar todos os interessados:

- **PROJETO TIPO A:** deverá ser elaborado por quem irá desenvolver ação que beneficie alunos do ensino fundamental, médio e superior.
- **PROJETO TIPO B:** deverá ser elaborado por quem irá desenvolver ação que beneficie professores, técnicos da educação, servidores públicos e comunidade em geral.

Observe a seguir a estrutura dos dois tipos de projeto, A e B, e depois leia o detalhamento do tipo de projeto que você e sua equipe irá elaborar.

➤ PROJETO TIPO A	➤ PROJETO TIPO B
CAPA	CAPA
FOLHA DE ROSTO	FOLHA DE ROSTO
SUMÁRIO	SUMÁRIO
APRESENTAÇÃO	APRESENTAÇÃO
1. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE	1. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	2. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
3. PROBLEMATIZAÇÃO	3. PROBLEMATIZAÇÃO
4. DISCIPLINAS ENVOLVIDAS	4. CAMPO DE AÇÃO
5. OBJETIVO GERAL DO PROJETO	5. OBJETIVO GERAL DO PROJETO
6. CONTEÚDOS DE EDUCAÇÃO FISCAL	6. CONTEÚDOS DE EDUCAÇÃO FISCAL
7. CONHECIMENTOS A SEREM CONSTRUÍDOS	7. SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM
7.1 Conteúdo conceitual	8. COMO SERÁ AVALIADO O PROJETO
7.2 Conteúdo procedimental	9. COMO CULMINARÁ O PROJETO
7.3 Conteúdo atitudinal	10. RECURSOS
8. SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM	11. CRONOGRAMA
9. COMO SERÁ AVALIADO O PROJETO	
10. COMO CULMINARÁ O PROJETO	
11. RECURSOS	
12. CRONOGRAMA	

3. Detalhamento da Estrutura

PROJETO TIPO A

CAPA

NOME AUTORES DO PROJETO

TÍTULO DO EIXO TEMÁTICO DO PROJETO

Subtítulo (se houver)
(tema que integrará a atividade a ser desenvolvida, o conteúdo de educação fiscal e os conteúdos das disciplinas)

Cidade
Ano

FOLHA DE ROSTO

CURSO DE DISSEMINADORES DE EDUCAÇÃO FISCAL
TURMA: Turma 001-DEF-2º Semestre2007
EQUIPE:

TÍTULO DO EIXO TEMÁTICO DO PROJETO

Subtítulo (se houver)
(tema que integrará a atividade a ser desenvolvida, o conteúdo de educação fiscal e os conteúdos das disciplinas)

Projeto apresentado ao
Curso de Disseminadores
de Educação Fiscal – on-line,
orientado pelo tutor
XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Tipo A() Tipo B()

Cidade
Ano

SUMÁRIO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	
1. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE.....	
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO.....	
3. PROBLEMATIZAÇÃO.....	
4. DISCIPLINAS ENVOLVIDAS.....	
5. OBJETIVO GERAL DO PROJETO	
6. CONTEÚDOS DE EDUCAÇÃO FISCAL.....	
7. CONHECIMENTOS A SEREM CONSTRUÍDOS	
7.1 Conteúdo conceitual.....	
7.2 Conteúdo procedimental.....	
7.3 Conteúdo atitudinal.....	
8. SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM.....	
9. COMO SERÁ AVALIADO O PROJETO.....	
10. COMO CULMINARÁ O PROJETO.....	
11. RECURSOS.....	
12. CRONOGRAMA.....	

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Colocar informações que justifiquem o projeto: dados sobre a escola, dados estatísticos que ajudem a compreender melhor a ação a ser desenvolvida.

1. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE

ORD.	NOME COMPLETO	DISCIPLINA	TURNO	INSTITUIÇÃO	LOTAÇÃO	FUNÇÃO

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

2.1 EIXO TEMÁTICO

2.2 MUNICÍPIO

2.3 BENEFICIADOS

2.3.1 Escola

2.3.2 Série(s)

2.3.3 Quantitativo de alunos

2.4 PARCEIROS (instituições de pessoas que não são alunas do Curso de Disseminadores de Educação Fiscal a Distância, mas que irão interagir/colaborar com a execução do projeto)

2.5 PERÍODO DE EXECUÇÃO (data de início e final)

3. **PROBLEMATIZAÇÃO** (situação que levou à elaboração do projeto)

4. **DISCIPLINAS ENVOLVIDAS** (disciplinas lecionadas pelos professores que são alunos do curso)

5. **OBJETIVO GERAL DO PROJETO** (o que se quer alcançar no conjunto dessas disciplinas – interdisciplinaridade)

6. **CONTEÚDOS DE EDUCAÇÃO FISCAL**

7. **CONHECIMENTOS A SEREM CONSTRUÍDOS** (por disciplina)

7.1 Conteúdo conceitual – APRENDER A CONHECER

- Conhecimento de ordem teórica.
- Permite representar a realidade.
- Conteúdo explicativo da disciplina.
- Refere-se a: fatos; dados; informações; conceitos; princípios; vocabulários; fenômenos; acontecimentos; noções; ideias; símbolos; representações.

7.2 Conteúdo procedimental – APRENDER A FAZER

- Conhecimento de ordem prática.
- Permite operar com objetos e informações.
- Refere-se a:
 - ▶ motricidade = manipulação de instrumentos;
 - ▶ habilidades cognitivas = realização de tarefas intelectuais (ações e decisões de natureza interna); refletir, manejar, observar, sintetizar, comparar, construir, problematizar, coletar, resumir, experimentar, analisar, aplicar, argumentar, concluir, pesquisar, demonstrar.

7.3 Conteúdo atitudinal – APRENDER A SER / – APRENDER A CONVIVER

- Conhecimento de ordem ética.
- Permite avaliar um objeto, pessoa, acontecimento ou situação e atuar de acordo com essa avaliação.
- Refere-se a: normas, valores, atitudes, solidariedade, responsabilidade, colaboração, respeito, curiosidade, organização, valorização, comprometimento, interesse, envolvimento, cooperação, participação, senso crítico e interação.

8. SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM (atividades que serão desenvolvidas para se chegar à culminância do projeto-metodologia)

9. COMO SERÁ AVALIADO O PROJETO (descrever formas numa perspectiva de avaliação contínua)

10. COMO CULMINARÁ O PROJETO (grande ação para divulgação das produções)

11. RECURSOS (humanos, materiais e, se for o caso, financeiros)

12. CRONOGRAMA (da elaboração até a execução)

➔ PROJETO TIPO B

CAPA

FOLHA DE ROSTO

NOME AUTORES DO PROJETO

TÍTULO DO EIXO TEMÁTICO DO PROJETO

Subtítulo (se houver)
(tema que integrará a atividade a ser desenvolvida, o conteúdo de educação fiscal e os conteúdos das disciplinas)

Cidade
Ano

CURSO DE DISSEMINADORES DE EDUCAÇÃO FISCAL
TURMA: Turma 001-DEF-2º Semestre2007
EQUIPE:

TÍTULO DO EIXO TEMÁTICO DO PROJETO

Subtítulo (se houver)
(tema que integrará a atividade a ser desenvolvida, o conteúdo de educação fiscal e os conteúdos das disciplinas)

Projeto apresentado ao
Curso de Disseminadores
de Educação Fiscal – on-line,
orientado pelo tutor
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Tipo A() Tipo B()

Cidade
Ano

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	
1. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE.....	
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO.....	
3. PROBLEMATIZAÇÃO.....	
4. CAMPO DE AÇÃO.....	
5. OBJETIVO GERAL DO PROJETO.....	
6. CONTEÚDOS DE EDUCAÇÃO FISCAL.....	
7. SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM.....	
8. COMO SERÁ AVALIADO O PROJETO.....	
9. COMO CULMINARÁ O PROJETO.....	
10. RECURSOS.....	
11. CRONOGRAMA.....	

APRESENTAÇÃO

Colocar informações que justifiquem o projeto: dados sobre o local em que será desenvolvido e dados estatísticos que ajudem a compreender melhor a ação a ser desenvolvida.

1. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE

ORD.	NOME COMPLETO	DISCIPLINA	TURNO	INSTITUIÇÃO	LOTAÇÃO	FUNÇÃO

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

2.1 EIXO TEMÁTICO

2.2 MUNICÍPIO

2.3 BENEFICIADOS

2.3.1 Escola

2.3.2 Série(s)

2.3.3 Quantitativo de alunos da escola

2.3.4 N° de alunos efetivamente alcançados pelo projeto

ou

2.3.1 Órgão público

2.3.2 Natureza da atividade exercida

2.3.3 Total de servidores da instituição

2.3.4 N° de servidores diretamente alcançados pelo projeto

ou ainda

2.3.1 Instituição social

2.3.2 Natureza da atividade exercida

2.3.3 Público total atendido pelas ações da instituição

2.3.4 N° de pessoas diretamente alcançadas pelo projeto

2.4 PARCEIROS (instituições de pessoas que não são alunas do Curso de Disseminadores de Educação Fiscal a Distância, mas que irão interagir/colaborar com a execução do projeto)

2.5 PERÍODO DE EXECUÇÃO (data inicial e final)

3. PROBLEMATIZAÇÃO (situação que levou à elaboração do projeto)

4. CAMPO DE AÇÃO

4.1 NO CASO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – Áreas do conhecimento a serem trabalhadas pelos professores que são alunos do curso.

4.2 NO CASO DE SERVIDORES PÚBLICOS E REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES SOCIAIS – Órgãos públicos e instituições sociais envolvidas.

5. OBJETIVO GERAL DO PROJETO

5.1 NO CASO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – O que se quer alcançar no conjunto dessas disciplinas – interdisciplinaridade. Quais mudanças se pretende estimular?

5.2 NO CASO DE SERVIDORES PÚBLICOS E REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES SOCIAIS – O que se quer alcançar por meio da ação conjugada de instituições públicas entre si, de instituições da sociedade civil também de e da conjugação entre instituições públicas e da sociedade civil-intersetorialidade. Quais mudanças se pretende implantar?

6. CONTEÚDOS DE EDUCAÇÃO FISCAL (Constam dos quatro módulos do curso. Verifique.)

7. SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM (atividades que serão desenvolvidas para se chegar à culminância do projeto – metodologia)

8. COMO SERÁ AVALIADO O PROJETO (descrever formas numa perspectiva de avaliação contínua)

9. COMO CULMINARÁ O PROJETO (grande ação para divulgação das produções)

10. RECURSOS (humanos e materiais)

11. CRONOGRAMA (da elaboração até a execução)

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Flávio. *Com palmos medida: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- AIZEN, Naumin; GWINNER, Patrícia. *Era uma vez duas avós*. São Paulo: Record, 2003.
- ALVES FILHO, Ivan. *Brasil, 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- ALVES, Rubem. *Tempus fugit*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2001, p. 108.
- ANDRÉ, M.E.D. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. In: DOMINGUES de Castro, Amélia; CARVALHO, Anna Maria Pessode (Orgs.). *Ensinar a ensinar*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- AZEVEDO, José Clóvis de. *Escola cidadã: políticas e práticas*. Disponível em: <www.anped.org.br>
- BOAL, Augusto. *Jogos para atores e não atores*. 3. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1998.
- BOFF, Leonardo. *Ethos mundial*. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2000.
- BOJUNGA, Lygia. *A bolsa amarela*. 33. ed. São Paulo: Casa Lygia Bojunga, 2003.
- BRASIL, Leis e Decretos. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 – altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.
- BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação – *Parecer nº 004/1998*, Brasília, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEE, 1998.
- CHIAPPINI, Ligia. *Aprender e ensinar com textos não escolares*. s.1.: Brochura, 1997.
- DALMÁS, Ângelo. *Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.
- DEMO, Pedro. *Conhecer e aprender: sabedoria dos limites e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- _____. *Participação é conquista*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. *Saber pensar*. São Paulo: Cortez, 2000.
- DIMENSTEIN, Gilberto. *Cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil*. 19. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- ENDE, Michael. *O teatro de sombras de Ofélia*. Coleção Clara Luz. São Paulo: Ática, 2000.
- FALCÃO, Adriana. *Mania de explicação*. Ilustração: Mariana Massaroni. São Paulo: Moderna, 2001.
- FAZENDA, Ivany (Coord.). *Práticas interdisciplinares na escola*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- _____. *Educação e mudança*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- _____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

- FULLAN, Michael. *A escola como organização aprendente*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- FURTADO, Celso. *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GADOTTI, Moacir. *Escola cidadã*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1999.
- _____. *Perspectivas atuais em educação*. São Paulo: Ap, jun, 2000.
- GUIMARÃES, Gláucia. *TV e Escola: discursos em confronto*. São Paulo: Cortez, 2000.
- HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. *A organização do currículo por projetos de trabalho*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- JUNG, C. G. *Presente e futuro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974.
- KÓVAK, Mathilda. *Paxá Prajá*. São Paulo: Lê, 1996.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.
- LEITE, Lúcia Helena Alvarez, Mestre em Educação pela FAE/UFMG.1998. Disponível em: <http://www.cipo.org.br/escolacom sabor/arq/TanaMesa_Artigo_pedagogiadeprojecto.doc>. Acesso, 2009.
- MACHADO, Ana Maria. *Portinholas*. São Paulo: Mercuryo, 2003.
- MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA T.T. *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa(org.). *Currículo: políticas e práticas*. Campinas, SP: Papyrus, 1999.
- NOGUEIRA, Margarete Iara Franco. *Educação fiscal: Estado e cidadão – a aproximação possível – fundamentos da educação fiscal*. MS, Programa Estadual de Educação Fiscal, Secretaria de Estado de Receita e Controle-Promosef, 2002.
- ORTHOFF, Sylvia. *Se as coisas fossem mães*. 22. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1984.
- PADILHA, Paulo Roberto. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. *Projeto político-pedagógico: caminho para uma escola mais bela, prazerosa e aprendente*. Disponível em: <<http://www.paulofreire.org/biblioteca>>.
- PERRENOUD, Philippe. *Novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- PINTO, Diana Couto; LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília de Araújo Lima. *Trajetórias de liberais e radicais pela educação pública*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008: Combater as Mudanças Climáticas. Solidariedade Humana em um Mundo Dividido*, nov. 2007. Disponível em <www.pnud.org.br>. Acesso em: 2009.
- RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2000.
- ROMÃO, José Eustáquio. *Dialética da diferença: o projeto da escola cidadã frente ao projeto pedagógico neoliberal*. FE-USP, 1997.
- ROTH, Otávio. *Dois dúzias de coisinhas à-toa que deixam a gente feliz*. São Paulo: Ática, 1996.

- _____. *Outras duas dúzias de coisinhas à-toa que deixam a gente feliz*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- RUA, Maria das Graças. *Estado, governo e administração pública e a questão social brasileira* (Textos). Brasília, DF: Esaf, 2000.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: Do pensamento único à Consciência Universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SIMÕES, Jacqueline. *Pedagogia de Projetos*. Disponível em: <<http://vicenterisi.googlepages.com/simoes-pedagogia.htm>>. Acesso 2009.
- TAPIA, Jorge Ruben Briton. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: os desafios da construção institucional. In: Diniz, Eli (org.). *Globalização, Estado e desenvolvimento*. Dilemas do Brasil no Novo Milênio. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2007.
- TORO, José Bernardo. *Os códigos da modernidade*. Trad. e adaptação: Antonio Carlos da Costa. Colômbia: Fundación Social, 1997.
- TRINDADE, Azoilda L. da; SANTOS, Rafael (org.). *Multiculturalismo: mil e uma faces da escola*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- VASCONCELLOS, C. *Planejamento: Plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo*. São Paulo: Libertad, 1995.
- VEIGA, I.P.A. (org.) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.
- _____. *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. 4. ed. Campinas: Papirus, 1998.
- VELOSO, Najla; MOTA, Carlos. Fragmento de texto utilizado no Programa Salto para o Futuro – 21/06 a 24/06/2004. Texto na íntegra disponível em <http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2004/cp/tetxt1.htm>. Acesso, 2009.
- VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. *Planejamento participativo na escola: um desafio ao educador*. São Paulo: EPU, 1986.

LEITURAS RECOMENDADAS

- AIZEN, Naumin; GWINNER, Patrícia. *Era uma vez duas avós*. São Paulo: Record, 2003. 36 p.
- ALVES, Rubem. *Tempus fugit*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2001. 108p.
- BOJUNGA, Lygia. *A bolsa amarela*. 33. ed. São Paulo: Casa Lygia Bojunga, 2003. 135p.
- ENDE, Michael. *O Teatro de Sombras de Ofélia*. Coleção Clara Luz. São Paulo: Ática, 2000.
- KÓVAK, Mathilda. *Paxá Prajá*. São Paulo: Lê, 1996.
- MACHADO, Ana Maria. *Portinholas*. São Paulo: Mercuryo, 2003. 44p.
- ORTHOFF, Sylvia. *Se as coisas fossem mães*. 22. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. 24p.

ROTH, Otávio. *Duas dúzias de coisinhas à-toa que deixam a gente feliz*. São Paulo: Ática, 1996. 32p.

_____. *Outras duas dúzias de coisinhas à-toa que deixam a gente feliz*. São Paulo: Ática, 2000.

TORO, José Bernardo. *Os códigos da modernidade*. Trad. e adaptação: Antônio Carlos da Costa. Colômbia: Fundación Social, 1997.

SÍTIOS PARA CONSULTAS

Importante: Sugerimos uma visita ao sítio da Educação Fiscal no portal da Escola de Administração Fazendária, onde você encontrará outros sítios de interesse, seguidos de breve comentário sobre seu conteúdo.

- ▶ **www.mec.gov.br** – Consultas a programas e políticas educacionais desenvolvidos pelo Ministério da Educação.
- ▶ **www.inep.gov.br** – Tem por missão promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro, com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional.
- ▶ **www.fnde.gov.br** – Sítio do Fundo de Desenvolvimento da Educação, responsável pelo financiamento de programas, como Alimentação Escolar, Dinheiro Direto na Escola, Transporte Escolar, Escola Aberta, Educação de Jovens e Adultos, Programa Especializado para Pessoas com Deficiência. Contém informações úteis a respeito do Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Sobre o Fundeb consulte também o Caderno 3 deste curso.
- ▶ **www.tvebrasil.com.br/salto** – Sítio do programa educativo da TVE, Salto para o Futuro. Discute temas de educação e recebe mensagens de educadores que são respondidas por especialistas. Contém uma série de entrevistas especiais com grandes educadores da atualidade, como Paulo Freire, Edgar Morin e Antonio Nóvoa.
- ▶ **www.cenpec.org.br** – Instituição social que objetiva estimular a criação e o desenvolvimento de espaços socioeducativos, lúdicos e culturais das comunidades, implementados por outras políticas, como assistência social, esporte e cultura, envolvendo atores também capazes de ensinar e espaços de aprendizagem pouco explorados pela área da educação.
- ▶ **www.novaescola.com.br/-** Pesquisa feita pela revista *Nova Escola*, constante de seu sítio, oferece uma listagem de filmes com as resenhas, que são úteis para a montagem de vídeo-fóruns.
- ▶ **www.presidencia.gov.br/sedh** – Apresenta ações dos conselhos vinculados à Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Outras questões tratadas no sítio: políticas de proteção a testemunhas e pessoas ameaçadas, combate a violações de direitos humanos, combate ao trabalho escravo e infantil.
- ▶ **www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores&id=11**
- ▶ **www.brasilia.unesco.org/noticias/opiniao/index/index_2003/pilares_educacao** – Apresenta o pronunciamento: “Os Quatro Pilares da Educação: O seu Papel no Desenvolvimento Humano”.
- ▶ **www.fnde.gov.br/cacs** – Sítio oficial do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb

- ▶ www.conselho.saude.gov.br – Sítio oficial do Conselho Nacional de Saúde.
- ▶ www.mds.gov.br/cnas – Sítio oficial do Conselho Nacional de Assistência Social.
- ▶ www.cgu.gov.br/cgu/cartilha_CGU.pdf. – Apresenta publicação bastante útil que reúne informações sobre diversos programas sociais do governo federal. Acesso ao Portal da Transparência com inúmeros dados a respeito da execução orçamentária da União.
- ▶ www.pnud.gov.br – Consulta ao conjunto de Relatórios de Desenvolvimento Humano editados pela entidade e também aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.
- ▶ pt.wikipedia.org/wiki/Índice_de_Developolvimento_Humano. Acesso em: 22 jul. 2009. Informa sobre o Índice de Desenvolvimento Humano em 2007.
- ▶ www.pnud.org.br/meio_ambiente/reportagens/index.php?id01=3251&lay=mam.
- ▶ www.tede.ufsc.br/teses/PGEA0261.pdf
- ▶ www.scielo.com.br
- ▶ www.planetaeducacao.com.br
- ▶ www.unopar.br
- ▶ www.cedes.unicamp.br
- ▶ www.serprofessoruniversitario.pro.br
- ▶ www.centrorefeducacional.com.br/moderni.htm
- ▶ www.ipea.gov.br/Destaques/livroradar/introducao.pdf
- ▶ www.ipea.gov.br

